

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública

Ano 2 — nº 10 — novembro/dezembro — 2018



30

**anos da
CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**

Dinheiro no celular

Transações financeiras migram
para os dispositivos móveis

Eagin

A história da Escola de Artes
Gráficas da Imprensa Nacional

David Junker

Um incansável
fomentador da música

Jogos de Tabuleiro

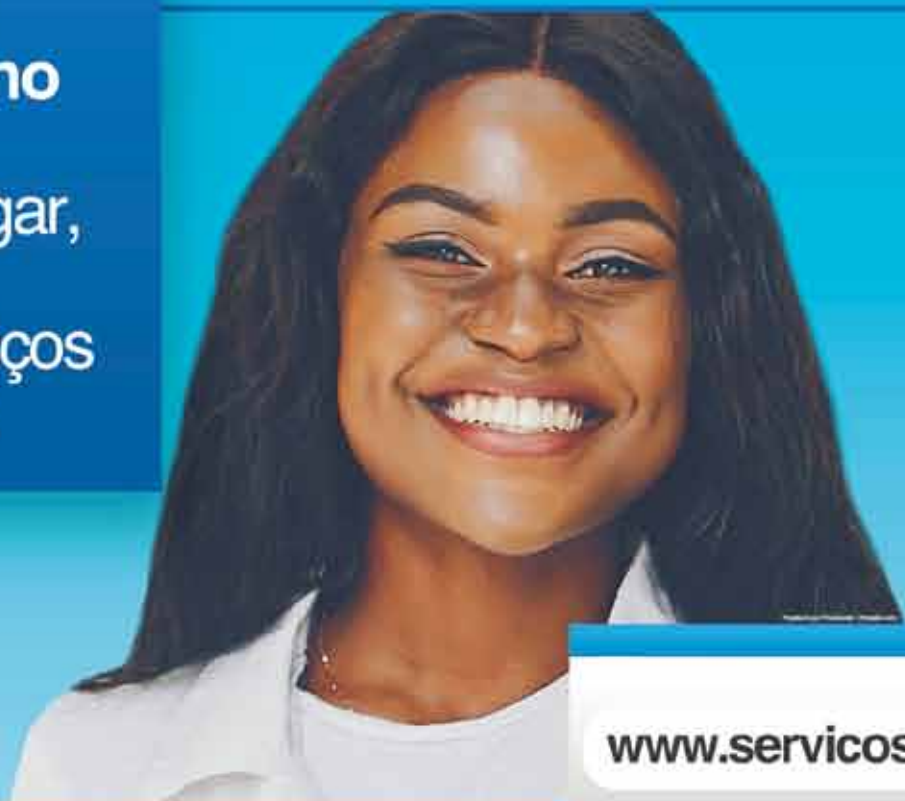
Sorte e estratégia em engenhosas
criações que divertem e educam

-
**Você não
precisa mais
de tanta
papelada
pra fazer seu
passaporte.**



**Portal de
Serviços
do governo
federal.**

1 único lugar,
mais de
1700 serviços
para você.



www.servicos.gov.br

Alistamento Militar
Certificado Veterinário Internacional
Meu INSS
Passe Livre
Passaporte
Sicaf

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



REDAÇÃO:

Cristóvão de Melo

Ezequiel Marques Boaventura

Marcelo Maiolino

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Ana Paula Alves Canuto (estagiária)

Jéssica Soares da Silva (estagiária)

Lisandra Nascimento (estagiária)

SECRETÁRIA:

Francisca Antônia Alves de Araújo

REVISÃO:

Dermeval Fernandes Dantas

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

PROJETO GRÁFICO:

Cláudio de Souza

CAPA E CONTRACAPA:

Siros

DIAGRAMAÇÃO:

Elisa Zubcov

Luciana Roquete (estagiária)

Isadora Duarte (estagiária)

ILUSTRAÇÕES:

Siros (págs. 47 e 50)

Isadora Duarte (pág. 54)

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

Imprensa Nacional – Assessoria de
Comunicação – SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF, 70610-460
e-mail: ascom@in.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista, desde que citada a fonte.

IMPrensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública ISSN 2526-6039 é uma publicação produzida pela Assessoria de Comunicação da Imprensa Nacional.

facebook.com/DiarioOficialdaUniao/

twitter.com/Imprns_Nacional

instagram.com/impresnanacional/

www.in.gov.br



www.in.gov.br

Carta ao Leitor

A revista *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública* chega à sua décima edição trazendo como matéria de capa a comemoração dos 30 anos da “Constituição Cidadã”, denominação popularizada por um de seus principais artífices, o Deputado e então Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Marco civilizatório da nação brasileira, a Constituição de 1988 expressa os anseios pela construção de uma democracia plena em nosso país. A reportagem revela suas conquistas, as mudanças que lhe foram impressas ao longo dos anos e o seu valor como referencial de sociedade, para o gozo da liberdade, da cidadania, dos direitos e da luta contra qualquer espécie de arbítrio e discriminação.

Na seção *Alma Gráfica*, abordamos o futuro da filatelia, *hobby* que se dedica ao estudo e ao colecionismo de selos postais, cuja produção nacional pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é reconhecida internacionalmente.

Em *Hiperideias*, a reportagem trata dos jogos de tabuleiro. Engenhos da civilização humana desde tempos imemoriais, os jogos de mesa voltaram à moda nos anos 1990 e, desde então, não param de ganhar adeptos no mundo, mesmo numa época dominada pelos *games* de computador. As combinações de sorte e estratégia contidas nas regras dos jogos de tabuleiro têm a força de reunir amigos e familiares para compartilhar bons momentos.

O artigo *Constelação Organizacional: uma ferramenta para o planejamento estratégico* explica como a técnica desenvolvida pelo alemão Bert Hellinger foi utilizada no processo de avaliação dos projetos prioritários do planejamento estratégico da Imprensa Nacional.

A seção *Clepsidra* traz a história da famosa Escola de Artes Gráficas da Imprensa Nacional (Eagin), que formou boa parte dos profissionais do parque gráfico da Imprensa Nacional e do mercado gráfico do Brasil durante boa parte do século XX.

Em *Gestão*, apresentamos um balanço das transformações ocorridas no período 2016-2018 na Imprensa Nacional. Dentre as mais significativas, elencamos a modernização do Diário Oficial da União, começando pela descontinuidade da versão impressa e o aperfeiçoamento de suas funcionalidades digitais. Além disso, destacam-se ações de modernização da instituição, cruciais para a continuidade de sua história de 210 anos na administração pública brasileira.

Na seção *Sociedade da Informação*, a reportagem *Dinheiro no celular* nos mostra que as transações por dispositivos móveis já dominam o mercado e que a tendência de expansão de serviços bancários *online* só tende a crescer nos próximos anos. Uma verdadeira revolução na utilização da moeda como meio de troca.

A modernização ocorrida na Imprensa Nacional nos últimos dois anos também enfatizou a vocação primordial da Casa, a de prestar serviços gráficos estratégicos para o Governo Federal. Neste sentido, a seção *No Preto* apresenta algumas das melhorias implantadas no parque gráfico da IN, essenciais para a continuidade do cumprimento de sua missão gráfica em um contexto de evolução tecnológica.

Em *Cultura*, entrevistamos o maestro David Junker, professor da Universidade de Brasília, responsável por popularizar a música erudita e o canto coral para além das fronteiras da academia.

Na seção *Meio Ambiente*, a matéria trata das compras públicas sustentáveis, mecanismo instituído legalmente para incentivar o cuidado com o meio ambiente, por meio do poder de compra do Estado.

Na crônica desta edição, o servidor da casa e nosso colaborador, Dermeval Dantas, nos apresenta a história de um homem que não conseguia viver sem observar o bom uso do vernáculo, mesmo nas situações mais corriqueiras, devido à sua obsessão pelo trabalho de revisor de textos.

Por fim, aproveitamos a publicação da última edição de nossa revista em 2018 para desejar um 2019 de muitas realizações para todos nossos colaboradores e leitores, e que nosso país alcance neste novo ciclo político-administrativo que se inicia o desenvolvimento e paz social tão desejados por toda a população brasileira. O futuro governo terá, como tiveram todos os governos que o antecederam ao longo dos últimos 156 anos da história nacional, o *Diário Oficial da União* como emissor das “certidões de nascimento” de todas as políticas públicas federais, por meio de leis, decretos, portarias e demais atos normativos. Boa leitura e um feliz 2019!

Pedro Bertone - Diretor-Geral

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 2 — nº10 — novembro/dezembro — 2018

SEÇÕES

DESTAQUE

06 - SAIU NO DOU: 30 Anos da
Constituição Federal de 1988

12 - ALMA GRÁFICA: Filatelia resiste ao *e-mail*

18 - HIPERIDEIAS: Jogos de tabuleiro

24 - ARTIGO: Constelação Organizacional

27 - CLEPSIDRA: Eagin, marca de formação profissional

32 - GESTÃO: Prestando Contas da Gestão

40 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Dinheiro no celular

44 - NO PRELO: *A renovação do parque gráfico da
Imprensa Nacional*

46 - CULTURA: Entrevista com o maestro David Junker

50 - MEIO AMBIENTE: Compras públicas fomentam a
sustentabilidade

54 - CRÔNICA: O fiscal da língua

SAIU NO *DOU*

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Pedro Paulo Tavares de Oliveira, Ana Paula Canuto e Lisandra Nascimento

Após prestar juramento à nova Constituição do Brasil, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ergue a Carta Magna como o troféu de uma conquista histórica



Acervo Senado Federal

O Diário Oficial da União publicou o texto original da Constituição brasileira em vigor na sua edição de 5 de outubro de 1988, uma quarta-feira. O ato saiu na forma de Suplemento à edição 191, numerado como 191-A. Na capa, o seguinte aviso: "A Imprensa Nacional comunica que fará circular, simultaneamente à solenidade de promulgação da Carta Magna, a edição do Diário Oficial da União nº 191-A, desta data, contendo o novo Texto Constitucional da República Federativa do Brasil".

A DIREÇÃO-GERAL

SAIU NO DOU - 30 Anos da Constituição Federal de 1988

A atual Constituição brasileira resulta da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) instalada no Congresso Nacional no período de 1º de fevereiro de 1987 a 22 de setembro de 1988 a fim de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil em cumprimento à Emenda Constitucional nº 26, de 1985. Sua convocação veio do compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves (1910-1985), primeiro presidente civil eleito, pelo voto indireto, após a ditadura. O presidente, entretanto, faleceu antes de assumir o cargo. Coube, então, ao vice-presidente, José Sarney, assumir o Palácio do Planalto e instalar a Assembleia.

A memória da ANC está bem registrada no portal comemorativo dos 30 anos da Constituição, lançado conjuntamente, este ano, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado (www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos.html5/constituente/index.html). Conforme anotado neste site, o debate formal a respeito da nova Constituição começou em julho de 1985, com a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, também conhecida como Comissão Afonso Arinos, por ter sido ele o presidente do colegiado composto por 50 membros. O anteprojeto constitucional foi entregue em setembro do ano seguinte e, embora não tenha sido encaminhado oficialmente ao Congresso, foi publicado e serviu de base para muitos dos constituintes que, em fevereiro de 1987, passaram a debater oficialmente a construção da nova Constituição, num trabalho que se desenvolveu em sete etapas, desdobradas em 25 fases distintas. E o próprio senador Afonso Arinos tornou-se um dos constituintes, na condição de senador pelo estado do Rio de Janeiro — aliás o decano da ANC —, tendo sido designado presidente da Comissão de Sistematização, uma das etapas desse processo.

Promulgada em 5 de outubro daquele ano, a Constituição Cidadã, como a chamou o presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, caracteriza-se essencialmente pela ampliação dos direitos e das garantias individuais. Ela representa a retomada da democracia brasileira, após 21 anos de um regime militar caracterizado por restrições de direitos civis e políticos no País. Sétima Constituição adotada no Brasil, e a sexta, consideran-

do somente o período republicano, sua elaboração nasceu dos debates de 20 meses travados entre 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais) integrantes da Assembleia Nacional Constituinte, mesclada em sua maioria por políticos de longa carreira e novos representantes da sociedade civil: organizações de classe, entidades sociais e religiosas e lideranças indígenas.

Texto longo – Criticada pela extensão dos 250 artigos originais, 99 emendas e mais cinco de revisão, a Constituição ainda pode se avolumar com emendas de grande repercussão, ora em trâmite: as reformas da previdência, política e tributária, sem contar muitos dispositivos pendentes de regulamentação. Entrevistados pela revista *Imprensa Nacional*, o diretor-adjunto da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, José Theodoro Menck, e o consultor legislativo, Amandino Teixeira Nunes, comentaram essas questões e outras disposições da Constituição Federal (CF). Theodoro Menck contesta quando a pendência de regulamentação é tachada de incúria. “O Parlamento é um somatório de forças contraditórias, com representantes do empresariado e de empregados, de todo mundo. O debate muitas vezes chega a um impasse. Isso não é incúria, isso significa que a sociedade talvez não tenha chegado a um consenso sobre aquele assunto”. No mesmo entendimento, Armandino Nunes complementa: “Existem determinadas disposições constitucionais que não têm eficácia, não são auto-aplicáveis, portanto necessitam de regulamentação, como é o caso do direito de greve no serviço público”.

Censurada também por ser benevolente na gama de direitos e gastos sociais —, a Carta Magna mantém defensores abalizados de prontidão, do porte do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, para quem o texto é um dos melhores do mundo. “Essa Consti-

tuição nos torna um país juridicamente primeiro-mundista. Se temos andado mal das pernas é porque temos andado de costas para essa Constituição. Nós não precisamos morar em outro país. Precisamos morar em outro Brasil e vamos chegar lá”, afirmou como primeiro entrevistado do programa *Constituição 30 anos*, lançado pela TV Senado em agosto passado para discutir a atualida-

Arquivo Senado Federal



Em sessão solene, o Congresso Nacional promulgou a Constituição, com a presença do Presidente da República, José Sarney

Ana Paula Canuto



Os consultores legislativos da Câmara dos Deputados, José Theodoro Menck e Amandino Teixeira Nunes, comentaram muitos aspectos da Constituição em entrevista exclusiva à *Imprensa Nacional*

de da nossa Lei Maior. Ministro do STF de 2003 a 2012, Ayres Britto, também, critica as 99 emendas incorporadas desde a promulgação. “Tem sido mexida com uma fecundidade de hamster”.

Recente estudo comparativo de Constituições de 190 países, em in-

SAIU NO DOU - 30 Anos da Constituição Federal de 1988

glês *Comparative Constitutions Project (CPP)*, desenvolvido pelas universidades americanas do Texas e de Chicago e pela britânica *University College*, de Londres, nossa Constituição é a terceira do mundo, dona de um texto de 64.488 palavras, atrás apenas da Índia (146.385 palavras) e Nigéria (66.263). A média de texto das 190 constituições é de 22.291 palavras, revelou o estudo publicado pela BBC Brasil no aniversário de 30 anos da Constituição brasileira (www.bbc.com/portuguese/brasil-45754119).

Nesse tipo de comparação, a Constituição dos Estados Unidos é sempre lembrada pela concisão de suas 7.762 palavras e sete artigos. No entanto, constitucionalistas americanos ouvidos pela BBC Brasil ressaltam que as duas Cartas nascem em contextos distintos.

Peter Messitte, estudioso da legislação brasileira, explica que o texto dos EUA aparece em 1789, obra de um pequeno grupo de lideranças políticas, e está em vigor até hoje, tendo recebido apenas 27 emendas. Para ele, nossa Constituição “é mais longa e complicada do que deveria, mas, diante das circunstâncias em que foi escrita, muito diferente da americana, é uma Constituição útil”.

Um dos diretores do CPP e professor da Universidade do Texas, Zachary Elkins, acrescenta que as constituições modernas tendem a ser longas e, de certa forma, são um produto de sua geração. “Vejo a Constituição brasileira

como produto de um processo inclusivo, necessário como terapia após 20 anos de ditadura militar”.

Direitos — Com 79 direitos garantidos, a Constituição Cidadã está classificada como a décima do mundo pelo levantamento do CPP. Os primeiros da listagem são Equador (99), Bolívia (88), Sérvia (88) e Portugal (87), enquanto a média do Planeta fica em 50. Com efeito, a nova Carta Magna brasileira assegurou direitos fundamentais a várias áreas. Na saúde, o Sistema Único de Saúde universalizou o atendimento. Antes, os hospitais públicos atendiam somente os filiados ao antigo Instituto

Nacional de Previdência Nacional. A educação se gabaritou como dever do Estado, inclusive a quem não estudou na idade adequada. A proteção ao consumidor se consolidou com o Código de Defesa do Consumidor. A cultura obrigou o Estado a proteger as manifestações tipicamente nacionais, como a indígena, a popular e a afro-brasileira. Meio ambiente ganhou um capítulo exclusivo em reconhecimento à importância da biodiversidade; e a participação popular no processo legislativo virou fato, mediante a possibilidade de os cidadãos apresentarem projetos de lei, com a assinatura de 1% dos eleitores do País.



Arquivo Senado Federal

Esplanada foi palco de manifestações populares por avanços sociais na Constituição



Ana Paula Canuto

Após a promulgação da Carta Magna, a participação popular continuou, como se vê nessas imagens da exposição dos 30 anos da CF

Aliás, a participação popular na Constituinte, também, está acessível no portal dos 30 anos da Constituição. Entre março de 1986 e julho de 1987, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, por meio do projeto *Diga Gente* e do *Projeto Constituição*, lançou uma campanha para os cidadãos encaminharem suas sugestões. Cinco milhões de formulários foram distribuídos e disponibilizados nas agências dos Correios. Foram coletadas 72.719 sugestões em todo o País e o resultado da compilação das sugestões foi a criação da base de dados Sistema de Apoio Informático à Constituinte (Saic).

A base reúne a íntegra das sugestões enviadas pelos cidadãos, além da identificação dos proponentes, tornando-se uma fonte importante para entender a realidade brasileira à época da Constituinte de 1987. Após a promulgação, quatro novas emendas oriundas de iniciativa popular foram incorporadas ao texto original: Lei 8.930/1994 (Lei Daniella Perez): inclui homicídio qualificado no rol de crimes hediondos; Lei 9.840/1999: combate a compra de votos; Lei 11.124/2005 (moradia popular): destina recursos a pessoas de baixa renda para a construção, compra ou reforma da casa própria; Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa): torna inelegível por oito anos a

pessoa condenada em processos criminais de segunda instância.

A SAIC está disponível no portal do Senado Federal em conjunto com outras bases de dados históricas (www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/). Para acessar as sugestões dos cidadãos, basta escolhê-la na lista e pesquisar pelo assunto desejado. Caso o cidadão possua interesse, os originais das sugestões podem ser consultados no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Comemorações — A passagem dos 30 anos da Constituição Federal rendeu diversas homenagens dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, conselhos, universidades e reiteradas declarações de autoridades reafirmando fidelidade à Carta Magna. Em uma das homenagens mais recentes, agora, em novembro, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal realizaram sessão solene conjunta para celebrar os 30 anos da Carta Magna, na sequência de outros eventos promovidos ao longo do ano com o mesmo objetivo.

Na ocasião, houve o lançamento de um selo postal e de um carimbo comemorativos, cartão postal temático e abertura no Salão Negro da exposição *O Brasil em construção: 30 anos da Cons-*

tituição Cidadã, seguida da distribuição de uma edição atualizada da Constituição, acompanhada de um marcador de livro, pôster com linha do tempo e quatro cards com imagens que marcaram a Assembleia Constituinte. Na mesma data, houve, ainda, o lançamento de publicação destinada ao público infantil, produzida pelo site Plenarinho, e do livro digital *Poder Legislativo: a construção do Capítulo I do Título IV da Constituição de 1988*, além de uma nova edição do áudio-livro da Constituição, produzida com voz humana, ambos disponíveis no endereço eletrônico da Câmara.

Interferência do STF — As modificações na Carta Magna pelo Supremo Tribunal Federal (STF), investido na competência de “Guardião da Constituição”, geraram uma série de críticas partidas de parlamentares, da imprensa e de juristas ao que se convencionou chamar de ativismo judicial e sob o argumento de “invasão das competências dos Poderes Legislativo e Executivo”, como escreveu o advogado Ives Gandra Martins, em artigo publicado na edição de 18 de setembro passado do jornal *Folha de S. Paulo*. Theodoro Menck avalia que o foro para discutir o casamento homossexual, por exemplo, é o Congresso, “pois diz respeito à organização da família, que faz parte do Código Ci-



Ana Paula Canuto

Professor de Química em Belo Horizonte, Alexandre Ferry: “A exposição me impressionou pelo detalhamento, pelas várias áreas e temas abordados. Chamou-me atenção também o livro com as assinaturas dos parlamentares da época”.

SAIU NO DOU - 30 Anos da Constituição Federal de 1988

vil, é uma lei”. Armandino Nunes segue essa interpretação ao lembrar que “a Constituição identifica a família como derivada do casamento entre homem e mulher. O Supremo entendeu de forma mais elástico, legitimando o casamento entre homossexuais. Assim o Supremo vem legislando, criando e inovando o direito”. Para Ayres Brito, recorrer ao

STF é inerente à democracia, como resultado do fenômeno de popularização da Constituição, sem caracterizar desequilíbrios entre os Poderes. “Tudo afunila para o Supremo, o que é compreensível. É preciso mesmo que haja um Poder que fale por último”, atesta.

Futuro — Em anos eleitorais como este de 2018, revestidos ou não

de crises políticas e econômicas, algumas vozes apontam a necessidade de uma nova Assembleia Constituinte. Entretanto, na opinião das fontes citadas nesta reportagem, o futuro da atual Constituição refuta esse raciocínio e projeta reinterpretções do texto pelos canais competentes. Ives Gandra Martins afirma que “os mecanismos

FASES DA CONSTITUINTE



Fonte: Câmara do Deputados. www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos/html5/constituente/index.html#

constitucionais de freios e contrapesos estão postos na Carta Magna, faltando apenas que os Três Poderes os respeitem e que, no Estado democrático de Direito (artigo 1º), se comportem

com harmonia e independência, não cabendo a nenhum deles invadir a competência dos outros”. Ayres Brito é mais enfático ao defender a manutenção do atual texto: “Não vamos

mudar essa Constituição por outra, vamos vitalizá-la. É uma bíblia jurídica, de credo democrático, e democracia a gente sabe: é pegar ou pagar. Fora da democracia, nada presta”.

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS



Fonte: Câmara do Deputados. www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos/html5/constituante/index.html#



Correios apostam em inovações, como aroma e textura, para cativar usuários. Em breve, QR Code permitirá acessar vídeos, fotos e sons relacionados ao tema do selo

Marcelo Maiolino e
Jéssica Soares da Silva

A internet mudou o mundo de maneira tão profunda que, desde seu advento, adaptar-se a novos modos de produção tornou-se, mais do que nunca, uma urgente e permanente questão de sobrevivência para empresas e órgãos públicos. No caso dos Correios, essa necessidade é, ainda, mais desafiadora: se, no passado, a instituição era monopolista em seu segmento, hoje, enfrenta, além de concorrentes de peso no setor de encomendas, as tecnologias do *e-mail* e dos *messengers* (WhatsApp, Telegram etc.), que reduziram consideravelmente o número de correspondências, impactando receitas e ameaçando a prática da filatelia, um dos *hobbies* mais populares do mundo.

Poucos *millennials* trocaram correspondências. Para esses jovens, nascidos depois da revolução da internet, e que se tornaram adultos nos anos 2000, o ícone do envelope, que ilustra o botão “Enviar” do Microsoft Outlook, não traz lembranças daquele tempo pré-digital, em que enviar uma mensagem exigia o transporte físico da mídia que a continha, a folha de papel. Antes da internet, a comunicação escrita a distância, em geral, era feita por carta. Era preciso escrever o texto numa folha de papel, inseri-la em um envelope, preencher os endereços do remetente e do destinatário, deslocar-se até uma agência dos Correios e aguardar na fila para ser atendido. Só então, o funcionário venderia o selo de valor correspondente ao preço da postagem, que variava conforme o

tipo de correspondência, peso do envelope e distância. O pequeno pedaço de papel, colado sobre o envelope, funciona como um recibo, comprovando que o remetente pagou pelo frete.

Esse sistema, inventado em 1840, na Inglaterra, espalhou-se pelo mundo, fazendo com que todos os países produzissem selos. A diversidade de modelos e estampas despertou o interesse de colecionadores e fez surgir um mercado internacional de selos, alguns dos quais podem custar vários milhares de reais. Mas será que esse hobby continuará popular nas futuras gerações, que, como os *millennials*, não terão muita familiaridade com o correio convencional? Se depender do Setor de Filatelia dos Correios, a resposta a essa pergunta é um definitivo “sim”.

Eliane Sá, analista dos Correios desde 1991, está empenhada em manter vivo o hábito de colecionar selos. Segundo ela, a internet aproximou os entusiastas e facilitou a comercialização e a troca de informações, mas é preciso despertar o interesse das novas gerações. O Projeto Correios nas Escolas, voltado para os alunos do ensino fundamental, apresenta os Correios aos seus futuros clientes com o objetivo de despertar o interesse dos alunos para a utilização dos selos postais como fonte de pesquisa e objeto de coleção. Nos últimos três anos, o projeto alcançou mais de 10.800 crianças em todo o Brasil.



Jéssica Soares da Silva

Eliane Sá, Analista de Filatelia: divulgação nas escolas mantém vivo o hábito de colecionar selos

“O mundo inteiro continua produzindo selos para atender o mercado de filatelia”, revela Eliane, acrescentando que, hoje em dia, além de objeto de lazer e fonte de pesquisa, selos são, também, um lucrativo investimento. “Não existe produto tão valioso comparativamente ao seu peso e tamanho”, garante a servidora.

Os Correios, também, procuram despertar o interesse de colecionadores lançando selos diferenciados, o que inclui, além de um belo *design* e



Reprodução

Lançado em homenagem ao clube paulistano, selo tem textura que imita tecido da camisa



Lorena Magalhães Lima, gerente corporativa: Brasil tem papel de destaque na filatelia internacional



Daniel Ferreira assina a criação dos selos da Copa do Mundo da Rússia 2018



Jamile Salum é autora do selo em homenagem à artista chilena Violeta Parra, lançado em 2017

alta qualidade gráfica, texturas e até aromas. É o caso, por exemplo, do selo “Abelha”, que tem cheiro de mel; e do selo Corinthians, cuja textura assemelha-se ao tecido da camisa do popular clube paulistano. O entusiasta pode, também, produzir seu próprio selo personalizado, usando uma foto de sua autoria. Basta acessar www.correios.com.br e “Produtos filatélicos”. Trata-se de uma excelente maneira de divulgar o próprio trabalho artístico ou a marca de uma empresa; também é uma boa opção para se registrar eventos importantes como formatura, nascimento, casamento etc.

“Em breve, existirá selo com QR Code. Ao fazer a leitura do código pelo celular, imagens e vídeos relativos ao tema da estampilha serão exibidos. Assim, alguém pode, por exemplo, fazer um selo personalizado com a foto do seu filho, que será complementado pelo vídeo do batizado, por exemplo”, comenta Eliane. Esse recurso é mais do que um efeito “pirotécnico”. Ele amplia o potencial de informação dos selos postais, levando seu papel educativo a patamares inéditos.

Outra iniciativa voltada para despertar o interesse pela filatelia é o Projeto Coleção Anual de Selo. Até dezembro de 2018, serão disponibilizadas, nas principais agências dos Correios e em sua loja virtual, coletâneas dos selos emitidos nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Encartado em uma embalagem, o livro, ilustrado

e com textos em português e inglês, referentes a cada emissão, possibilitará o manuseio e a interatividade do cliente. As próximas edições serão anuais.

Lorena Magalhães Lima, gerente corporativa dos Correios, destaca que o incentivo ao colecionismo passa, ainda, pela participação dos Correios em exposições regionais, nacionais e internacionais e pela celebração de acordos comerciais com as administrações postais estrangeiras. Esse protagonismo, aliado à preocupação em produzir selos inovadores, bonitos e de alta qualidade gráfica, tem assegurado ao Brasil um papel de destaque no cenário filatélico internacional.

“Os selos brasileiros são muito procurados no meio filatélico internacional. Recentemente, a emissão especial Obras de William Shakespeare, foi classificada como o segundo selo mais bonito emitido em todo o mundo no ano passado no concurso promovido pela International Postage Stamp Exhibition – Wipa, na Áustria”, comemora Lorena (ver página 15).

Quem, também, tem motivos para comemorar são os *designers* Jamile Salum e Daniel Ferreira. Nos Correios desde 2008 e 2011, respectivamente, ambos trabalham na adaptação ao formato de selo das propostas enviadas por pessoas de fora da instituição. No passado, a empresa contratava artistas para criar os selos. Hoje, porém, a contribuição é feita em troca do crédito, o que representa uma

grande oportunidade para divulgação do trabalho. Mesmo assim, eventualmente, ocorre uma oportunidade de se criar uma peça internamente. É o caso dos selos da Copa do Mundo da Rússia, criados por Daniel, e do selo em comemoração aos 100 anos da artista chilena Violeta Parra, cuja montagem e arte-finalização ficaram a cargo de Jamile, que trabalhou a partir de foto e logo cedidos pela Fundação Violeta Parra. Dois belíssimos trabalhos.

Para quem se interessa por filatelia, criação de selos ou, simplesmente, gostaria de experimentar a sensação de participar do processo criativo, Lorena lembra que, anualmente, os Correios promovem uma iniciativa denominada “Sua ideia pode virar selo”, que incentiva a população a enviar sugestões dos selos para compor a Programação Filatélica Nacional do ano seguinte. As ideias devem ser a respeito dos seguintes temas: artes e arquitetura, cultura popular, datas comemorativas ou fatos históricos, esportes, fauna, flora, personalidades, meio ambiente e turismo.

Após o fim do prazo para envio das propostas, a Gerência de Filatelia faz uma seleção do material enviado. A partir daí, as emissões são definidas pela Comissão Filatélica Nacional – CFN, que é formada por representantes de instituições governamentais e da iniciativa privada. Depois dessa definição, é elaborado o edital e feito contato com artistas e *designers* para criação das artes. A impressão é feita na Casa da Moeda.



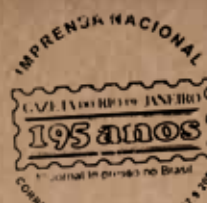
Selos celebram história da Imprensa Nacional



A Imprensa Nacional (IN) celebrou muitos acontecimentos por meio de selos e carimbos comemorativos. Desde a criação da Imprensa Régia, em 1808, a instituição participou ativamente da vida intelectual do País, ao dar início às atividades jornalística e gráfica. Seu pioneirismo manifestou-se, também, na produção de selos, atividade em que, por muito tempo, foi monopolista. Em seu acervo, constam 14 estampilhas, das quais três são comemorativas (tiragem limitada, relativa a algum acontecimento de destaque), quatro são personalizadas (que, também, têm tiragem limitada e referem-se a datas importantes, mas cujo leiaute foi criado pela própria instituição) e sete são carimbos, igualmente comemorativos. Conheça o acervo de selos da IN.

Carimbos comemorativos

São uma modalidade de franqueamento na qual, em vez de selos, é aplicado sobre a correspondência um carimbo especialmente criado para a ocasião. Tipicamente, os carimbos trazem informações acerca do fato, da instituição, da pessoa ou da data que motivou a comemoração, tais como nome, local, informações históricas etc. Visa difundir o trabalho de relevantes instituições e personalidades, bem como assinalar um acontecimento.



Emissão brasileira é premiada no exterior



Shakespeare 2017

Eleito o segundo selo mais bonito do mundo. O desafio das *designers* ao criar a minifolha foi o de mostrar que as poderosas palavras de Shakespeare não podem ser lidas como meros sofismas. Por esse motivo, buscou-se apresentar frases marcantes de cada peça teatral.



Defesa Animal 2018

A proteção aos animais tem conquistado um espaço importante nos debates por todo o mundo. Para representar a causa, a arte foi ilustrada com os animais domésticos mais comuns do Brasil: o cão e o gato, ambos sem raça definida.

Febre Aftosa 2018

O selo comemora uma grande conquista da pecuária brasileira: o reconhecimento do Brasil pela Organização Mundial de Saúde Animal como zona livre da febre aftosa com vacinação.



Fórum Mundial da Água 2018

O selo, circular, apresenta a marca do 8º Fórum Mundial da Água sobre um fundo de linhas onduladas que simulam um rio. Trata-se de uma composição de cinco elementos que representam o tempo, a localização, a água, a sustentabilidade e o numeral relativo à edição do evento.



Copa 2018

Os selos fazem alusão à participação do Brasil na Copa FIFA 2018, na Rússia. A jornada começa na Cidade de Rostov-on-Don, passando por São Petersburgo (no 1º selo), rumando a Moscou (no 2º selo), que, além de ser o palco do terceiro jogo, também é a cidade de realização da final.

Créditos: Reprodução/Correios

LEGENDAS SELOS E CARIMBOS

1. Centenário do Olho de Boi – Este selo comemora os 100 anos do primeiro selo postal brasileiro, o Olho de Boi, lançado em 1843. Foi o único produzido pela IN, o que lhe confere um caráter único no contexto histórico da filatelia brasileira.

2 e 2.1. Aniversários da Imprensa Nacional – Estes selos celebram, respectivamente, os 200 e os 210 anos da Imprensa Nacional. O primeiro remete à chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil. A imagem reproduz a fachada da sede da Imprensa Régia, fundada por D. João VI e que deu início às atividades gráficas e jornalísticas no Brasil. Aparecem, também, uma máquina impressora e, ao fundo, uma página do primeiro jornal do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O segundo é um selo personalizado, pois a ilustração foi produzida pela própria IN. É usado em correspondências enviadas pelo órgão.

3. Comemoração do sesquicentenário – Os 150 anos de fundação da Imprensa Nacional foram marcados pelo lançamento deste selo em 1958. A gravura mostra a antiga sede no Rio de Janeiro. Atualmente, o órgão funciona em Brasília.

4 e 4.1. *Diário Oficial da União* – Estes dois selos come-

moram os 145 e os 150 anos do *Diário Oficial da União*, publicado pela primeira vez em 1862. São estampilhas personalizadas.

5. Selo dos 200 anos de Dom Pedro I (1998) e carimbo do centenário de *Dom Casmurro* (1999), romance escrito por Machado de Assis, Patrono da Imprensa Nacional.

6. 40 anos do Setor Gráfico – Edição comemorativa dos 40 anos do Setor Gráfico e da impressão do primeiro *Diário Oficial* em Brasília, após a transferência das atividades da Imprensa Nacional para a então nova capital.

7. 185 anos da Imprensa Nacional – Comemora os 185 anos da Imprensa Nacional. Traz, além da informação, o lema "Gráficos desde 1808", em referência à data de fundação da Imprensa Régia.

8. 195 anos da *Gazeta do Rio de Janeiro* – Comemora os 195 anos da impressão do primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que circulou no dia 10 de setembro de 1808.

9 e 9.1. Aniversários do *Diário Oficial* – Estes dois carimbos marcam os 140 e 145 anos do *Diário Oficial da União*. O primeiro foi lançado em 2002; o segundo, em 2007.



Flores da Mata Atlântica 2017

Os selos dessa emissão foram concebidos levando em consideração o equilíbrio entre formas e cores das flores escolhidas: O ipê-branco, o ipê-rosa, a begônia e o antúrio. As flores foram dispostas procurando lembrar uma simetria com uma espécie de flor em cada selo.



Natal 2017

O principal elemento de histórias, como *O Soldadinho de Chumbo*, é a magia que permeia cada aspecto dos personagens e cenários. Essa magia, para ser traduzida para a obra, transformou-se em uma paleta de cores muito vibrantes e em formas extravagantes.

Reproduções/Correios

Paixão desde a infância

O interesse pela filatelia costuma surgir cedo. Que o diga Rubens Cavalcante Júnior, servidor da Imprensa Nacional, responsável pelo Museu da Imprensa há 29 anos.

Quando criança, volta e meia, Rubens acompanhava sua mãe ao trabalho, no Setor de Protocolo, do Ministério do Exército, onde ela, entre outras atribuições, era encarregada de fazer a triagem das correspondências.

“Ver todos aqueles envelopes selados sendo jogados na lixeira acabou despertando minha curiosidade. Então, comecei a recolher os selos e, assim, iniciei minha coleção”, conta o servidor.

Aos 10 anos, Rubens já não era mais um filatelista iniciante. Sua coleção crescera e, com o tempo, incorporaria até mesmo o famoso selo brasileiro Olho de Boi. Já adulto, Rubens optou por fazer Faculdade de História, o que acabou ampliando seu leque de interesses no âmbito do colecionismo. Hoje, ele, ainda, preserva uma boa parte da coleção, mas dedica-se, também, a reunir peças históricas variadas, como moedas antigas, artigos militares e esportivos, entre outros itens.

“Foi por causa disso que vendi o meu Olho de Boi. Com o dinheiro, comecei a comprar moedas para dar início a outra coleção. Não me arrependo, mas reconheço que uma raridade como essa enriqueceria muito meu acervo atual,” comenta Rubens.

Para quem está começando a colecionar, o especialista dá algumas dicas: “Quanto ao selo, é importante cuidar



Marcelo Maiolino

Coleção de Rubens inclui série de selos da Turma da Mônica, sobre os jogos olímpicos de 2000, em Sydney, Austrália

para que ele esteja em boas condições, sem dobras nem manchas, e, de preferência, que não tenha carimbo. Selos raros, obviamente, têm valor mais elevado. Além disso, é importante pesquisar muito a respeito do assunto em sites e publicações especializados. Também é interessante frequentar exposições e feiras e trocar informações com outros colecionadores, a fim de se criar uma rede de intercâmbio”, explica, acrescentando que o melhor caminho é participar de algum clube, como a Associação Filatélica e Numismática de Brasília, que Rubens frequenta desde 2012.

A paixão de Rubens por selos vai além da coleção. Em 2008, ele participou ativamente da elaboração do selo em comemoração aos 200 anos da Imprensa Nacional (ver página 14). “Reuni as imagens em um pen drive e fui para os Correios, onde eu e o designer trabalhamos até as 20h. Era o último dia para envio da arte para a Casa da Moeda, mas, no fim, deu tudo certo”, lembra.

Inovação surgiu para evitar fraudes

O selo postal foi inventado em 1840, pelo britânico Sir Rowland Hill, membro do Parlamento e encarregado de reformular o trabalho dos correios.

Até então, a correspondência era remunerada pelo destinatário, que, frequentemente, se recusava a receber o envelope e pagar pelo serviço sob a alegação de que não o contratara. Havia, também, pessoas de má-fé que, por se corresponderem regularmente, combinavam um código caligráfico: um “i” sem pingou ou um “y” mais rebuscado, por exemplo, poderia significar que estava tudo bem e que não era necessário receber a carta. Como se não bastasse, volta e meia, os carteiros caíam em tentação e roubavam algumas moedas que recolhiam daqueles que aceitavam pagar pela carta. Por tudo isso, os correios daquela época lidavam com grande número de devoluções, forçando os carteiros a muitas idas e vindas inúteis e não remuneradas.

Para evitar essa perda de tempo e dinheiro, Hill sugeriu à Coroa o pagamento de uma taxa antecipada, proposta que, ao ser implementada, resultou no surgimento do “recibo de pagamento antecipado pelo serviço de transporte de correspondência”, também conhecido como “selo postal”.

O primeiro selo, o Penny Black, foi lançado em 6 de maio de 1840. Ao comprá-lo, o cidadão estava, automática e antecipadamente, pagando pelo serviço; ao colá-lo sobre o envelope, estava comprovando o pagamento da taxa e obrigando os correios a executarem o transporte do envelope.

O novo sistema, de tão simples, óbvio e eficiente, logo se espalhou pelo mundo e tornou-se padrão em todos os países. O Brasil, com seu famoso Olho de Boi, foi a segunda nação a adotar a nova forma de cobrança, em 1º de agosto de 1843.



Rowland Hill inventou o sistema de correspondência pré-paga em 1840, o que exigiu a invenção do selo



Penny Black, com a efígie da Rainha da Inglaterra, lançado em 1840, foi o primeiro selo postal do mundo



O Brasil foi o segundo país a aderir ao moderno sistema postal com o lançamento da série Olho de Boi

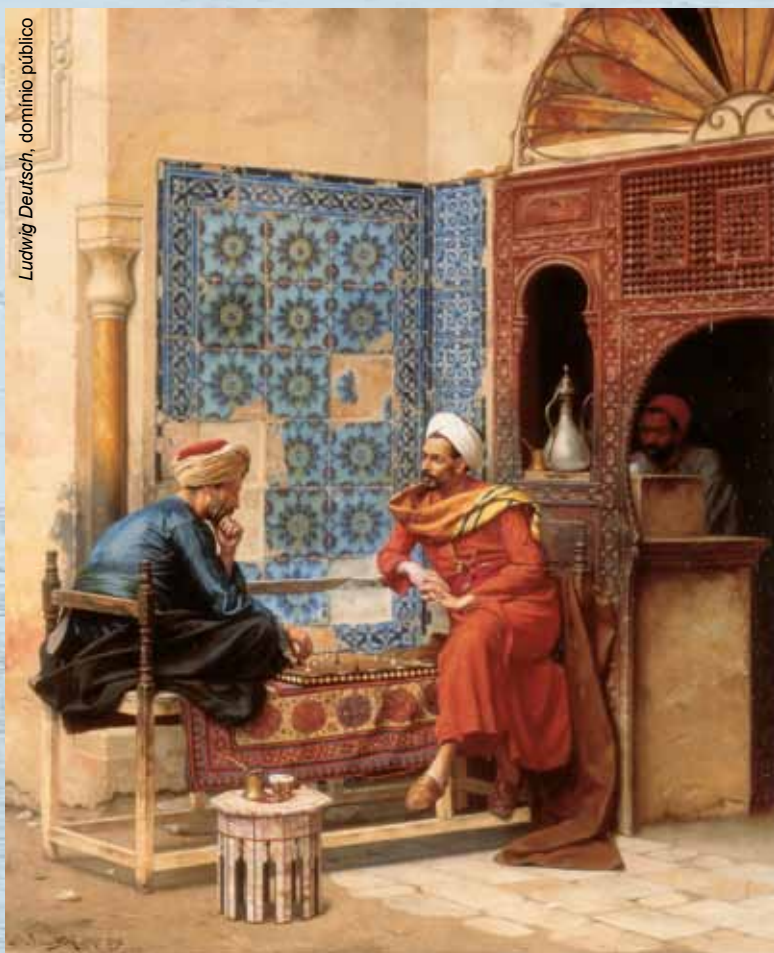
hiperideias

Jogos de tabuleiro

Cristóvão de Melo e Lisandra Nascimento

Engenhocas feitas de papelão colorido e peças de plástico, capazes de juntar duas ou mais pessoas por horas para perseguir objetivos circunscritos às suas regras, os jogos de tabuleiro são recursos da civilização tão antigos quanto a escrita, quando eram feitos de pedra e madeira. Com mecanismos muito distintos entre si, como a disputa de estratégias e a expectativa do benefício da sorte, esses jogos fazem parte do lazer e da formação de milhões de pessoas ao redor do mundo

Ludwig Deutsch, domínio público



O Jogo de Xadrez, 1896



O Jogo do Mensageiro do Distrito, um dos primeiros a promover o materialismo e o capitalismo

Se esta matéria fosse um jogo de tabuleiro cujos parágrafos e imagens fossem cartas de diferentes tamanhos (embaralhadas e distribuídas, paulatinamente, durante a sequência de uma partida jogada entre dois adversários) e o objetivo consistisse em diagramar, na disposição correta, em uma página-tabuleiro, distribuída a cada um, os elementos gráficos da matéria de forma mais rápida que o competidor, poderíamos imaginar uma série de regras e elementos, mesclando sorte, estratégia, perspicácia e cooperação entre os concorrentes, que definiriam suas características. Trata-se do que os adeptos dos jogos de tabuleiro chamam de “mecânica”.

Para entender o que é a mecânica em um jogo de tabuleiro, continuando no hipotético “jogo da diagramação”, poderíamos definir a quantidade de jogadores; incluir uma regra de uso de dados para obtenção mais ou menos de cartas; estabelecer um tempo controlado por uma ampulheta para decisão de onde colocar uma carta recebida na vez de cada jogador, definir como aconteceriam as trocas e os confiscos de cartas etc.



Todas essas características e outras que poderiam ser acrescentadas para o aperfeiçoamento de nosso passatempo não são novidades no universo dos jogos de tabuleiro. Elas podem ser encontradas nos quebra-cabeças, nas apostas de dados, nas brincadeiras de mímica, na adivinhação, nos jogos de guerra etc. O que surpreende é que jogos com regras e componentes, muitas vezes milenares, interfaces estáticas, impressas em papelão, e peças de plástico, encontrem sucesso cada vez maior em um mundo dominado pelos jogos digitais.



Dados: componentes que determinam a sorte em alguns jogos

Sim, nos anos 1990, eles voltaram com toda a força, por causa de um jogo alemão... Mas antes de falar nessa revolução recente, vamos conhecer um pouco da história dos jogos de tabuleiro.

Praticamente todas as civilizações antigas utilizavam algum tipo de jogo de tabuleiro. Considerado por alguns estudiosos um predecessor do gamão, não se sabe ao certo as regras do Senet, jogo de tabuleiro mais antigo que se tem notícia, descoberto em câmaras funerárias do Egito antigo, do período compreendido entre os anos 3500 a.C. e 3100 a.C. O Jogo de Damas, também, tem suas origens no vale do Nilo. Na Mesopo-



Tabuleiro de jogo com gaveta deslizante, com inscrição de Amenófis III, 1390-1353 A.C.

Museu do Brooklyn, Charles Edwin Wilbour Fundw

tâmia, há 4600 anos, havia o Jogo Real de Ur, encontrado nas tumbas dos reis. O Chaturanga, ancestral do xadrez, surgiu na Índia por volta do ano 280 da era Cristã. O Império Romano, por sua vastidão territorial e longevidade, absorveu, adaptou e divulgou muitos desses jogos. Na Idade Média, também havia jogos de entretenimento, muitas vezes gravados em mesas ou no chão de pedra, em que os participantes movimentavam suas peças ou riscavam a superfície destinada ao jogo.

No Brasil-Colônia, muito antes da chegada dos portugueses, os índios bororós utilizavam o Jogo da Onça (ver box à pág. 21), bastante difundido em todo o território nacional, cujas origens remontam aos incas.

Foi somente no século XIX, com o advento da Revolução Industrial e o aumento da população urbana, que os jogos de mesa tornaram-se produtos de consumo de massa. Novas técnicas de impressão propiciaram a produção em série de componentes dos jogos, como tabuleiros, cartas e regras.

Nos EUA, os puritanos condenavam, no século XVIII, as atividades recreativas com jogos, mas logo os adotaram para fins didáticos, aproveitando-os para ensinar habilidades de leitura e princípios morais e cristãos às crianças. No contexto de uma população que se tornava majoritariamente urbana, com maior renda e acesso ao lazer, o lar deixou de ser o centro da produção econômica, convertendo-se no local de aprendizado sob a supervisão das mães.

Quando a cultura do capitalismo dominou os EUA, os jogos passaram a refletir os valores da competição e do esforço individual. Eram os chamados jogos “dos trapos à fortuna”, que trabalhavam com a ideia de aumento do *status* social vinculado à acumulação de riqueza. Ícone desse período, o *Jogo do Mensageiro do Distrito* (*The Game of the District Messenger Boy*) continha um enredo em que um menor aprendiz poderia chegar ao topo de uma organização. Esse período, denominado por muitos como a era de ouro dos jogos de tabuleiro, culminou com a edição de *Monopoly* (Banco Imobiliário) em 1935 – este, o jogo de maior sucesso comercial da história dos EUA, tendo sido licenciado em mais de cem países e impresso em 37 idiomas.

A chamada era de ouro dos jogos de tabuleiro durou até os anos 1930, quando o entretenimento familiar se volta para o rádio e, logo em seguida, para a televisão. Ainda assim, os tradicionais jogos de tabuleiro, como o xadrez e a dama, nunca deixaram de ser produzidos e consumidos pelas famílias. Alguns ainda passam de geração a gera-

ção. O banco imobiliário e o *War* fizeram parte do divertimento das classes médias urbanas brasileiras dos anos 1970 e 1980 e, até hoje, são sucessos de venda.

A partir dos anos 1980, a preferência do mercado pelos jogos de computador cresceu exponencialmente, à medida que esses se aperfeiçoavam nas décadas seguintes. Ainda assim, no meio dos anos 1990, uma nova onda de jogos de tabuleiro ressurgiu no mundo. Muitos atribuem esse sucesso ao advento da internet, que tornou possível a impressão caseira de jogos, disponíveis para compra ou compartilhados *online*, facilitando o acesso e o intercâmbio entre os interessados.

Além da crescente disponibilidade via internet, o aumento da popularidade dos jogos de tabuleiro, também, tem sido atribuído à melhora das mecânicas, dos componentes, da criação e do trabalho gráfico empregado nos lançamentos. Um conjunto de *designers* independentes e editoras têm produzido, incessantemente, jogos bonitos, empolgantes e inovadores, oferecendo experiências que superam, inclusive, as dos mais sofisticados jogos eletrôni-

cos. É o resultado de uma abordagem na elaboração dos jogos que considera o compartilhamento de experiências sociais tão importante quanto a definição das regras e dos componentes físicos dos jogos. O resultado disso é que, cada vez mais, os jogos de tabuleiro são um programa para reunir a família e os amigos por horas, interagir face a face e compartilhar momentos juntos.

A partir dos anos 1990, houve um crescimento expressivo de novos jogos, a cada década. Para se ter uma ideia, o *site* especializado em jogos de tabuleiro *BoardGamesGeek* tem em sua plataforma registrados mais de 80 mil jogos (de tabuleiro, cartas e RPG).

Algumas centenas de novos títulos são lançadas anualmente e os jogos favoritos da população chegam a milhões de cópias em venda. Ainda que a competição com os jogos eletrônicos seja muito desigual, as vendas de jogos de tabuleiro aumentam a cada ano. Segundo o *site Business Insider*, a taxa de crescimento do mercado de jogos de tabuleiro será de 9% ao ano até 2022.

Uma nova era de ouro dos jogos de tabuleiro

Muitas pessoas ligadas à indústria apontam a internet como um fator-chave para o crescimento do consumo de jogos de tabuleiro. O surgimento dos dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*, também facilitou a experimentação de versões digitais dos jogos de maneira gratuita, o que permite aos adeptos a comparação e a compra das cópias físicas dos jogos.

Varejistas *online* tornaram o acesso aos jogos muito mais fácil em comparação ao passado, quando os produtos só podiam ser comprados por um pequeno grupo de lojas especializadas. Ao mesmo tempo, o poder dos *blogs*, vídeos e mídias sociais criou um movimento boca a boca que supriu a ausência de cobertura por parte da mídia tradicional.



Jogo Samurai, de estilo europeu, que privilegia a estratégia

Pode-se dizer que, atualmente, existe uma dicotomia no mundo ocidental entre uma escola europeia (também conhecida por escola alemã ou autoral) e uma escola estadunidense de jogos de tabuleiros. A primeira enfatiza a estratégia, tem baixa dependên-

cia de sorte e promove pouco conflito direto entre os jogadores. Utiliza pouco os temas militares e, normalmente, mantém todos os jogadores na mesa até o final de cada partida. O estilo norte-americano, por sua vez, envolve sorte, conflito e drama.

O grande divisor de águas no mundo dos jogos de tabuleiro foi o lançamento de *Catan*, ou *Descobridores de Catan*, que inovou nas mecânicas utilizadas pelos jogadores.

Inventado pelo técnico em odontologia alemão Klaus Teuber, *Catan* já vendeu mais de 24 milhões de cópias desde seu lançamento em 1995. Nele, os jogadores competem pela colonização de uma ilha, construindo assentamentos, pavimentando estradas, fazendo o comércio de bens, com o objetivo de estabelecer a parte mais poderosa da ilha. Os componentes de comércio e de negociação em sua mecânica foram bastante inovadores, quando do seu lançamento, porque fazem com que todos se envolvam e prestem atenção no jogo, mesmo quando não se está na vez de jogar. *Catan* evita a existência de momentos que poderiam causar desinteresse nos participantes. Diferentemente dos jogos clássicos de tabuleiro, como o *Banco Imobiliário* ou o *War*, cujas partidas prolongam-se por três a cinco horas, em *Catan* as partidas duram entre 60 e 100 minutos.

Catan

O jogo que mudou os jogos

Catan influenciou muitos jogos surgidos depois, tanto na escola europeia quanto na norte-americana. Na verdade, uma passou a adotar elementos da outra. Se, há algumas décadas, os jogos norte-americanos davam prioridade à história à custa da mecânica e os jogos europeus tinham mecânica mais bem elaborada, mas com temas superficiais, hoje a quantidade de jogos que mescla elementos das duas escolas torna difícil identificar um jogo a um ou outro estilo.

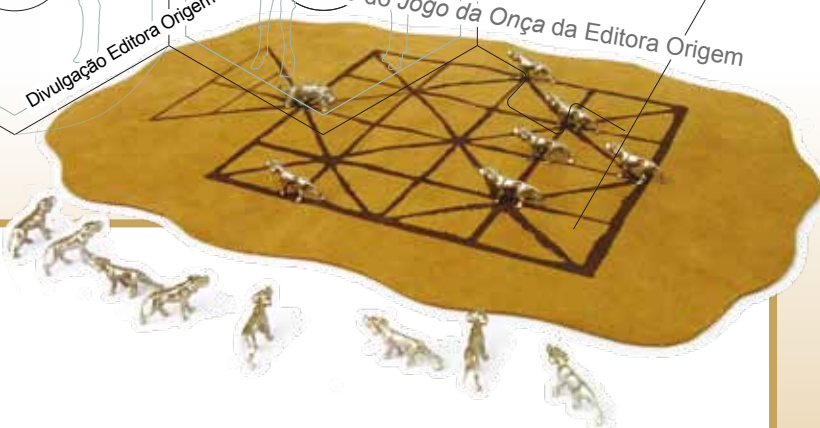
Por todo o mundo, uma nova safra de jogos floresce com grandes números de venda. Existem títulos que envolvem os jogadores na construção de assentamentos medievais, na reinterpretação de grandes batalhas da Segunda Guerra Mundial, na participação de debates políticos ou no controle da propagação de uma doença. Temas mais maduros, como crimes *noir* ficcionais ou de conflitos religiosos, oferecem uma variedade de conceitos incomuns, como a narrativa estratégica, a cooperação, a diplomacia, o valor esperado e o gerenciamento de risco, que agregam valor às mecânicas convencionais de cartas e dados, da trilha comum de um tabuleiro e da mera necessidade de derrotar um oponente.



Campeonato de Catan na República Tcheca

Divulgação Editora Origem

Versão do Jogo da Onça da Editora Origem



O JOGO DA ONÇA¹

Géssica Germana Silva Santos, Danilo Francisco da Silva e Isaac Sidney Mendes dos Santos²

Os indígenas criaram o primeiro jogo de tabuleiro praticado no Brasil, o *Jogo da Onça*, ainda encontrado entre eles, tanto no Brasil, quanto em outras partes da América do Sul, e data do tempo dos incas. Sua origem provável está ligada ao jogo *Taptana*, ou *Jogo do Puma*, praticado por esse povo, habitante dos Andes, desde 1200 d.C. até a chegada dos europeus à América. Esse jogo foi retratado numa gravura da época em que os espanhóis dominaram os incas, na qual Atahualpa, o último de seus imperadores, joga com seus carcereiros, pouco antes de ser morto, em 1553.

Até hoje, existem vestígios do tabuleiro de *Taptana* em ruínas incas, no Peru. Entre os índios mapuche, do Chile, um jogo similar era conhecido pelo nome de *Komikan* e, entre os aymara da Bolívia, como *Kumisina*. No Brasil, o *Jogo da Onça* é conhecido por índios tão diversos quanto os bororos, de Mato Grosso, os manchineris, do Acre, e os guaranis, de São Paulo. Já houve testemunhas de sua prática, também, entre a população dos estados do Acre, Amazonas, Paraíba, Minas Gerais, Bahia e Paraná.

O *Jogo da Onça* é disputado num tabuleiro de 5 x 5 pontos que formam quadrados, com

um apêndice triangular em uma das extremidades. No jogo brasileiro, uma onça disputa com 14 cachorros. As características do *Jogo da Onça* continuam únicas e ele é um dos poucos jogos de tabuleiro claramente originado nas Américas.

Em 2003, uma expedição realizada pelo Projeto Jogos Indígenas do Brasil – promovido pelo Instituto Sabino – nas aldeias indígenas comprovou que os índios brasileiros ainda se lembram de como se pratica o *Jogo da Onça*. Eles conhecem diversos brinquedos e as brincadeiras, mas o único divertimento de tabuleiro encontrado foi o *Jogo da Onça*.

¹ Adaptado de *O Jogo da Onça no Desenvolvimento do Raciocínio Lógico* (UFPE – EXPOPIBID, 2014).

² Licenciandos do Curso de Matemática – Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco.

LUDOPEDIA: UM BAÚ CHEIO DE AVENTURAS

Mesa redonda, uma caixa com alguns objetos pequenos na superfície, algumas cadeiras, um grupo de amigos, tempo, muita técnica e bastante sorte são as combinações perfeitas para se jogar qualquer jogo de tabuleiro. Cada vez mais pessoas se reúnem com a família e os amigos, em casa ou em ambientes dedicados a esse tipo de atividade, para jogar. Inúmeras opções satisfazem todos os gostos e proporcionam a interação presencial entre as pessoas, em um mundo em que os jogos digitais predominam.

Entretanto, os jogos de tabuleiro mostram que têm força no imaginário coletivo quando se percebe sua influência na literatura e na dramaturgia televisiva. Por exemplo, a série de TV *Game Of Thrones*, cuja história relembra um jogo de RPG, se vale de uma espécie de mapa-tabuleiro em três dimensões, com todas as cidades dos sete reinos do continente de *Westeros* e do território de Essos, para mostrar ao espectador em que parte daquele mundo imaginário se dará a história em cada episódio. A própria música traz a sensação de disputa e esperança, remetendo-nos aos dramáticos jogos de interpretação.

Para entender um pouco do universo dos jogos de tabuleiro, a revista *Imprensa Nacional* entrevistou Ricardo Gama, um dos criadores da Ludopedia (www.ludopedia.com.br), o mais importante portal de jogos de tabuleiro da América Latina e da Língua Portuguesa. Ele nos conta a trajetória do *site* e explica como a Ludopedia é útil aos fãs dos jogos de tabuleiro.

Ricardo Gama, Carlos Vegeta e Emerson Lopes, sócios na Ludopedia, tiveram a ideia de criar uma plata-

forma digital, com o objetivo de ajudar os jogadores a terem jogos estrangeiros de sucesso traduzidos e para promover a comunicação entre os interessados. Fãs de longa data dos jogos de tabuleiro, os três amigos se especializaram na área, se envolvendo em competições, colecionando dezenas de jogos e colocando na internet um espaço de encontro para aficionados e, também, para pessoas que desenvolveram interesse recente pelo assunto.

Com mais de 19 mil jogos cadastrados, o *site* se tornou um grande ponto de vendas e de encontros *online*. No início, a Ludopedia trazia aos jogadores as traduções de todo o conteúdo do jogo. “Observando o *site* BGG (*BoardGameGeek*), observamos que um dos grandes empecilhos dos jogos de tabuleiro no Brasil é o idioma. A maioria desses jogos modernos está em inglês ou em alemão. Em 2007, começamos a jogar. Não havia qualquer editora traduzindo ou trazendo os jogos até nós. Então, importávamos os jogos e fazíamos a versão em uma planilha que era disponibilizada *online*. O mercado começou a abrir, vieram as fundações de editoras no Brasil. A Ludopedia acompanhou o crescimento do *hobby* no País, se tornando o maior *site* de jogos de tabuleiro da América Latina e da Língua Portuguesa. Além da tradução, trazemos imagens e vídeos sobre os jogos”, informa Ricardo.

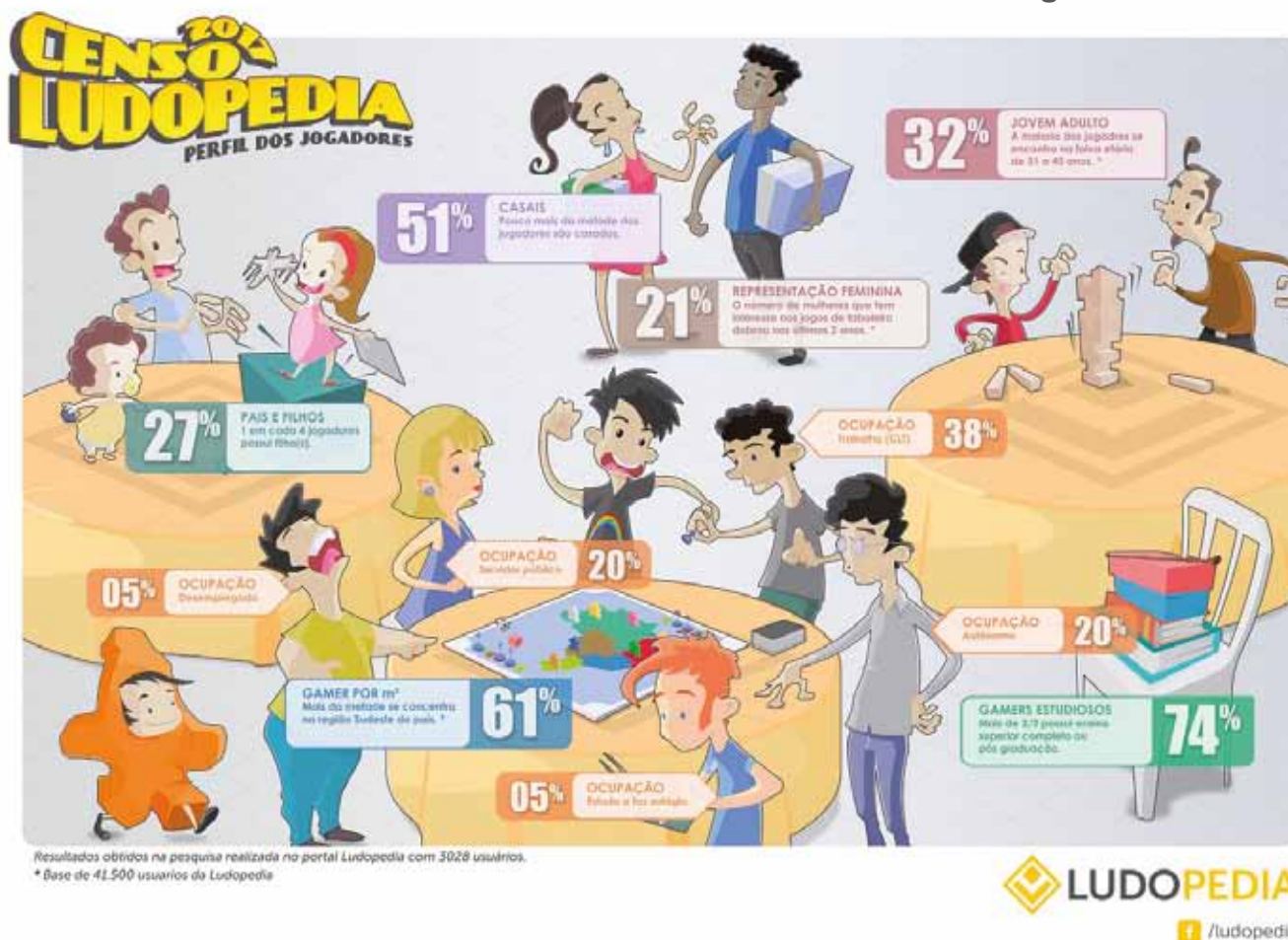
A história da Ludopedia começou com um *blog* em 2011, antes chamado de *Redomanet*. Com a inclusão do *podcast* a respeito dos jogos de tabuleiro no *site*, o primeiro do Brasil, o *Ludocast*, os acessos ao *blog* começaram a crescer: de 200 pessoas por dia passaram a atingir milhões todos os meses. “Tomou proporções que, no começo, nos assustaram muito, mas depois fomos nos estruturando”. Hoje, a Ludopedia recebe mais de três milhões e meio de acessos por mês. O *site* é a rede social dos fanáticos em jogos de tabuleiro. Lá, quem tem o cadastro consegue interagir com outros fãs, compartilhando sua experiência acerca de um determinado jogo, avaliar, montar coleções, comprar jogos e até vender.

No portal, existem informações de cada editora, tanto das brasileiras, como das internacionais, com a história de cada uma, os lançamentos e os que estão previstos para chegar, cada jogo já lançado pela editora, os fóruns a respeito de algum jogo, o custo e as informações de suas redes sociais.



Créditos: Ludopedia

Emerson Lopes, Ricardo Gama, Marcos Macri (designer de jogos) e Carlos Vegeta



O *Terra Mystica*, lançado em 2012 pela Editora Mandala Jogos, lidera, há quatro anos, o *ranking* dos jogos mais vendidos. Em segundo, está o *Projeto Gaia*, lançado em 2017, também da Mandala Jogos, com a nota 9,4 dada pelos usuários. Em terceiro lugar, vem o jogo *Puerto Rico*, da Grow Jogos e Brinquedos, lançado em 2002, cuja dinâmica consiste em que os jogadores, “no tempo das Grandes Navegações, administrem plantações de cinco culturas diferentes (milho, índigo, tabaco, açúcar e café)”. Todo mês, o *ranking* dos jogos mais vendidos é atualizado.

Apesar de funcionar unicamente *online*, a Ludopedia, também, oferece premiações a jogos e influenciadores digitais. “É uma cerimônia, entregamos o prêmio como se fosse o *Oscar*”, explica Ricardo Gama. O evento, que acontece desde 2015, é dividido em duas categorias: Premiação de Mídia e a Premiação de Jogos.

A Premiação de Mídia é separada em três subcategorias: Mídia Audiovisual, em que são premiados canais com conteúdos a respeito dos jogos de tabuleiro; Mídia Escrita, em que são agraciados os *blogs* ou canais que dão dicas e elaboram textos acerca do assunto e Mídia Podcast, que avalia os conteúdos em forma de áudio. Os ganhadores de 2017 foram: Audiovisual: *Covil dos Jogos*; Escrita: *Tábua Quadrada*; e Podcast: *Nordicast*.

A Premiação de Jogos, por sua vez, destacam os produtores e as editoras nacionais, por isso disputam se-

paradamente dos estrangeiros. São duas modalidades: Jogo do Ano e Jogo do Ano *Designer* Nacional. No total, somam-se quatro premiações por categoria. Decididas pela Bancada dos Jurados e pelo voto popular, suas subcategorias são: Jogo *Expert* do Ano, que premia os jogos que exigem mais técnica e estratégia, com grau de dificuldade maior; Jogo Família do Ano, que classifica os jogos que levam diversão às famílias, são fáceis de entender e têm grau de complexidade baixa; Jogo Infantil, que categoriza jogos para crianças com até oito anos, educativos, de entendimento simples. Os ganhadores de 2017 foram: Jogo *Expert* do Ano: *Great Western Trail* (jurados) e *Terraforming Mars* (popular); Jogo *Expert Designer* Nacional: *Os Reinos de Drunagor* (jurados e popular). No Jogo Família do Ano: *Kingdomino* (jurados e popular) e Jogo Família *Designer* Nacional: *Dwar7s Outono* (jurados e popular). Em Jogo Infantil do Ano: *Animal Upon Animal* (jurados e popular) e Jogo Infantil *Designer* Nacional: *Belo Jardim* (jurados e popular).

Todo ano, a Ludopedia realiza o “Censo Ludopedia”, que faz um levantamento das coleções e aquisições, dos jogos e das jogatinas e do perfil dos jogadores. Os dados revelam, por exemplo, que 30% dos entrevistados possuem mais de 50 jogos em sua coleção; 53% preferem jogos de estratégia; e 34% dos jogadores são adultos da faixa etária entre 31 e 40 anos.



A Imprensa Nacional (IN) passa por uma profunda modernização em seus processos de trabalho e parâmetros de gestão. Esse novo ambiente, dinâmico e volátil, pode ser uma oportunidade de crescimento e de adoção de práticas inovadoras. Contudo, pode, ao mesmo tempo, aumentar as sensações de desafio e de inadequação para algumas pessoas e alguns setores.

Ao longo dos seus 210 anos de história, a Casa se viu quase a ponto de ser extinta no início dos anos 2000. Passou por alguns momentos traumáticos com a mudança de enfoque do seu setor gráfico, devido a mudanças tecnológicas mais globais e ao uso cada vez mais difundido dos suportes digitais.

Esses acontecimentos deixaram marcas na história da organização; marcas que, muitas vezes, não são vistas ou elaboradas conscientemente, mas, sem dúvida, são sentidas.

Com o intuito de realocar essa energia da mudança para alinhar a IN a uma situação de maior integração, na qual todos possam se sentir pertencentes a um mesmo caminho, foi aplicada a abordagem da Constelação Organizacional nos projetos de seu Planejamento Estratégico. Trata-se de uma ferramenta para diagnosticar e evidenciar caminhos de solução quando as organizações se deparam com questões aparentemente irresolvíveis, ou quando pontos de estrangulamento não são vistos apenas por

meio da análise exterior das relações e dos processos de trabalho.

Muitas organizações, especialmente as públicas, enfrentam questões como resistência às mudanças e à modernização, dificuldade em atender ao público de forma eficiente, insatisfação, falta de motivação, falta de foco, dentre outras. Nesse contexto, a aplicação da abordagem da Constelação Organizacional é uma das inovações mais eficientes para encontrar possibilidades de solução, ao olhar para aquilo que atua de forma oculta e profunda dentro de uma organização que não se revela, necessariamente, nos diagnósticos convencionais dos processos de trabalho.

A Constelação Organizacional

Trata-se de uma metodologia de consultoria e suporte oferecida a empresas e organizações. Baseada nas Constelações Familiares, abordagem desenvolvida pelo filósofo, humanista e psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, a Constelação Organizacional busca evidenciar soluções efetivas a questões do contexto empresarial e organizacional após fazer um diagnóstico que identifica problemas relativos a processos, relações, objetivos, comunicação interna (entre os colaboradores, líderes e a empresa/organização como um todo) e comunicação externa (com seus clientes e o público externo).

No processo, o cliente apresenta o seu problema ao constelador organizacional, que irá escolher pessoas

para representar os elementos que considere essenciais: colaboradores, líderes, departamentos, clientes, objetivos, entregas ou produtos, a partir da especificidade de cada contexto. No primeiro momento, a depender de cada constelador, o cliente poderá, intuitivamente, escolher os lugares onde acha que cada pessoa deve estar. Após fazer isso, cada um dos representantes dirá exatamente o que está sentido naquela posição, onde gostaria de ir e estar e, também, indicará se precisa incluir algo ou alguém no processo. A chegada a um lugar ou situação desejada simboliza o lugar onde está o equilíbrio e o movimento necessário para melhorar a efetividade da organização.

Apesar da grande difusão no ambiente organizacional privado, a Constelação Organizacional, conforme aplicada na IN, com o intuito de avaliar os projetos estratégicos da Casa, constitui um projeto inédito no serviço público porque foi utilizada buscando a modernização da gestão. No Brasil, a abordagem das Constelações já está legitimada nos contextos da saúde pública, do Judiciário e da educação. No âmbito da saúde, a Portaria nº 702, de 21 de março de 2018, incluiu as Constelações Familiares na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PN-PIC), o que acrescenta essa abordagem

inovadora ao Sistema Único de Saúde (SUS). No âmbito jurídico, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) defende, em seu portal, a aplicação das Constelações Familiares, em sintonia com a sua missão de desenvolver políticas judiciais que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e de paz social.

No último mês de julho, a IN aplicou a abordagem aos 14 projetos oriundos do planejamento estratégico da Casa, elaborado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Procurou-se fortalecer

os processos de trabalho e o desenvolvimento profissional para o atingimento dos compromissos do Planejamento Estratégico (PEIN 2017/2019), tanto do ponto de vista da gestão e das práticas de liderança, quanto da percepção de bem-estar e motivação nas relações de trabalho. Isso porque a abordagem pode proporcionar aos participantes maior clareza quanto ao seu lugar, seu papel e sua função, bem como sugerir correções de linhas de ação essenciais para o cumprimento de cada objetivo em questão, conduzindo o foco do órgão em direção à visão estratégica e ao cumprimento de sua missão institucional.

Você sabia que...?

A IN já aplicou as Constelações Familiares aos servidores da Casa, durante o desenvolvimento do Plano de Preparação para Aposentadoria (PPA de 2010), com resultados transformadores. Os mais impactantes foram minimizar angústias em decorrência da chegada da aposentadoria e proporcionar a oportunidade de determinação de um plano de vida (contemplando aspectos sociais, econômicos, de saúde e afetivos), que pôde ser seguido após a aposentadoria.



Christiana Chianca Pereira, Fábio Kobol Fornazari, Rita de Cássia Pereira e Rayane de Oliveira, equipe responsável pela aplicação do método na IN

Lisandra Nascimento

Ao analisar os 14 projetos do PEIN, a abordagem das Constelações Organizacionais permitiu observar questões que até então estavam ocultas, como: o caráter estratégico e os critérios de prioridade de alguns projetos; a adequação do perfil necessário de alguns líderes para o atingimento dos objetivos; a aceitação ou rejeição e o grau de motivação por parte de algumas equipes; a necessidade de integração dos servidores da Casa e do histórico do tema perante os desafios do futuro. Um olhar externo à IN foi o do servidor Franco César Bernardes, que é constelador e trabalha com planejamento estratégico na Fundação Palmares. Seu olhar imparcial enriqueceu as observações encontradas.

É importante ressaltar que a IN, sendo um órgão bissecular, traz, naturalmente na sua essência, histórias de várias gerações, tanto negativas como positivas. Todas essas histórias fazem parte da Casa e interferem na produtividade e na busca dos resultados necessários,

razão pela qual foi importante jogar luz nessas dinâmicas, para que, a partir do momento em que elas se tornem conhecidas, ações, movimentos e adequações possam ser implantadas, em diversos graus, para que resultem em maiores eficiências e mais consciência no desempenho profissional dentro do órgão.

Desses projetos estratégicos da IN, evidenciou-se, ao longo das dinâmicas, que os projetos do Novo Modelo Institucional, da Modernização do Diário Oficial (que se mostrou um projeto complementar ao de Big Data) e da Biblioteca Digital encontram-se vinculados a um patamar mais amplo, como políticas de Estado, e não apenas de Governo, pois trazem benefícios para além da IN, com repercussões em toda a sociedade brasileira, com alcance e benefícios que se estendem no tempo, ao proporcionar acesso às informações oficiais do Brasil.

Além disso, ficou claro que alguns projetos podem ser melhor desenvol-

vidos, como planos de ação em uma estratégia mais ampla, que englobe atividades afins. Os projetos “Concurso Museu da Imprensa” e “Biblioteca Digital”, por exemplo, estariam a serviço da oportunidade para desenvolver um Projeto de Documentação e Preservação da Memória da informação oficial.

Em todos os projetos analisados à luz das Constelações Organizacionais, evidenciaram-se oportunidades de pequenas intervenções ou ajustes que podem impelir às melhorias, tanto na busca do alcance das metas acordadas, do desenvolvimento e da modernização do órgão, como na melhora das e nas relações de trabalho. A abordagem pode ajudar a ordenar os lugares e as práticas conforme as características de cada projeto; equilibrar as trocas nas relações de trabalho; além de integrar e incluir pessoas, valores, ideias, histórias, narrativas e outros, possibilitando o compartilhamento dos benefícios decorrentes.



Freepik

Ao final do curso, buscou-se dotar os participantes servidores da IN e atuantes nos 14 projetos estratégicos, de capacidades para:

- Reconhecer sua empatia, inserção ou não com o projeto;
- Identificar as possibilidades de aplicação da abordagem sistêmica das Constelações Organizacionais no âmbito dos projetos estratégicos;
- Compreender a importância e a relevância da postura e das leis sistêmicas para aplicação prática em seu ambiente de trabalho;

• Observar e intervir na solução de problemas, na melhoria de processos e nas relações de trabalho por meio da abordagem organizacional-sistêmica;

- Atuar no desenvolvimento de suas contribuições no serviço público; e
- Propor questões práticas de sua realidade organizacional e profissional para aplicação da abordagem das Constelações Organizacionais, com vistas ao atingimento de metas e melhoria do ambiente organizacional.

A Assessoria de Planejamento Estratégico (Aplan) apresentou, junta-

mente com o facilitador dessa dinâmica, Fábio Kobol Fornazari, os resultados desse projeto à Direção da IN, que se admirou ao perceber que foram evidenciadas várias questões muitas vezes esquecidas no formalismo dos projetos e nas atribuições do cotidiano, o que pode resultar em melhorias na gestão da organização.

Por fim, a IN tem a intenção de divulgar essas práticas e seus resultados, para torná-los acessíveis a outros órgãos interessados, bem como para difusão em concursos de boas práticas na administração pública.



EAGIN, MARCA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Pedro Paulo Tavares de Oliveira e Ana Paula Canuto

Um dos braços da vocação gráfica da Imprensa Nacional, a Escola de Aprendizagem de Artes Gráficas (Eagin) surgiu em 1942, pouco depois de a Casa incorporar as oficinas e os serviços gráficos federais, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Naquela mesma década, também nasceu a Associação Brasileira de Imprensas Oficiais (Abio)

O momento não poderia ser mais propício para cristalizar as atividades da Eagin. O então diretor-geral, Rubens D'Almada Porto, tão logo assumiu o comando da Imprensa Nacional (IN), em 1940, sensibilizou a Presidência da República a tomar uma decisão que ainda hoje ecoa nos corredores do órgão: pelo Decreto-Lei nº 2.130, de 12 de abril daquele ano, de uma só penada o presidente Getúlio Vargas transferiu para a IN as oficinas gráficas da União e seus serviços.

E eram gráficas dos mais variados portes, de ministérios a institutos e departamentos, alguns extintos, a maioria em plena atividade, a saber: oficina do extinto Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura; Instituto Oswaldo Cruz; Ministério da Educação e Saúde; Alfândega do Rio de Janeiro; Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; Corpo de Bombeiros; Polícia Militar; Arquivo Nacional; Polícia Civil do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Departamento dos Correios e Telégrafos; Estrada de Ferro Central do Brasil; Departamento de Aeronáutica Civil; Departamento Nacional de Portos e Navegação do Ministério da Viação e Obras Públicas; e Departamento de Imprensa e Propaganda.

Com esse aporte de maquinário e de serviços, a IN precisaria de mais espaço físico e de investimentos em

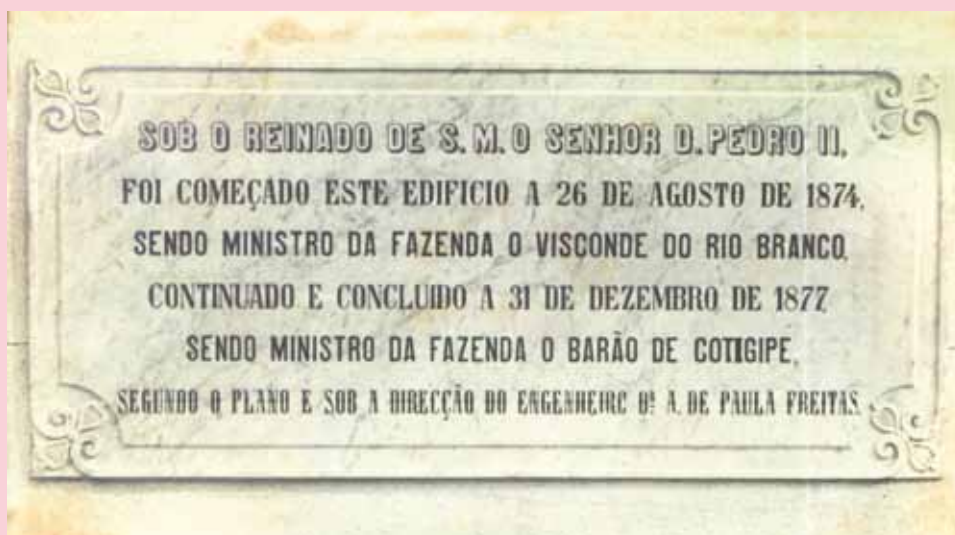
CLEPSIDRA - Eagin, marca de formação profissional

mão de obra qualificada. A solução de espaço veio com a mudança, em 28 de dezembro de 1940, para um novo endereço, mais amplo e melhor localizado, a requisitada Avenida Rodrigues Alves nº 1, Centro. Em mais uma demonstração do prestígio de Rubens Porto, o presidente Getúlio Vargas compareceu à inauguração do novo prédio do órgão, acompanhado de seus assessores mais próximos. “É como se mudássemos de uma cabana para o que se poderia chamar de um palácio”, comentou o próprio Rubens Porto na introdução do seu livro lançado em 1941 — *O homem, o meio, a técnica* —, uma análise aprofundada da IN de então, sob a ótica dessas três variantes.

O local abrigou a sede da IN até a transferência para Brasília em 1960 e, atualmente, lá funciona a Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. O endereço anterior, à rua 13 de maio, fora construído, especificamente, para abrigar a casa, em 1877, durante o reinado do imperador D. Pedro II. Mas, além de antifuncional, o prédio antigo ficara estigmatizado pelo incêndio devastador de 1911. Dele, resta a placa de inauguração, exposta nos jardins da atual sede desde 2012, como parte das comemorações dos 204 anos da IN.

A solução tão aguardada por Rubens Porto para formação de mão de obra própria surge noutra deferência

de Vargas à Imprensa Nacional, com a assinatura do Decreto-Lei nº 4.804, de 6 de outubro de 1942, criando a Eagin e incorporando à sua estrutura o curso de formação e aperfeiçoamento existente à época. Tanto este quanto aquela mantinham acesa na Casa a chama de formação de aprendizes lançada ainda por D. João VI pelo regulamento de 6 de fevereiro de 1811, destinado à Real Imprensa, conforme se lê nesse trecho: “... É Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor servido ordenar que na admissão dos aprendizes se procure principalmente aqueles que saibam ler e escrever e que não tenham excedido a idade de 24 annos...”.



Placa da inauguração do prédio de 1877, exposta nos jardins da atual sede



No livro *O homem, o meio, a técnica*, Rubens Porto comentou assim a mudança da IN para um novo prédio, em 1940: “É como se mudássemos de uma cabana para o que se poderia chamar de um palácio”.



Certificado de conclusão do curso de Encadernação, do aluno Célio Gonçalves de Figueiredo, que trabalhou nesse setor da IN até se aposentar

Estrutura — O Decreto-Lei nº 4.804 também criou no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a quem a IN então se vinculava, o cargo de diretor e a função de secretário da Eagin. Definiu ainda que o ensino seria ministrado por professores e assistentes designados pelo ministro, mediante proposta do diretor da IN, dentre técnicos nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não. Para alívio do orçamento da IN, as despesas iniciais da Eagin foram contempladas com a abertura de um crédito especial de \$50.000,00 (cinquenta contos de réis), dos quais 34.860,00 contos para despesas com pessoal e 15.140,00 para material permanente e de consumo.

Regulamento — São vagos os registros de funcionamento da Eagin entre a criação, em 1942, e a publicação do seu regulamento pelo Decreto nº 24.517, de 13 de fevereiro de 1948, devidamente aprovado pelo presidente da República por intermédio do ministro da Educação e Saúde. Com esse ato, a Eagin adquiriu a estrutura de uma escola comparável à Escola de Artes Gráficas do Serviço Nacional da Indústria (Senai), destinada à formação de aprendizes, instalada na mesma década (1945) em São Paulo para atender à demanda do segmento que, já naquela época, empregava cerca de 12 mil trabalhadores, conforme dados do portal <https://grafica.sp.senai.br>. Atualmente, um centro tecnológico composto pelas Escolas Senai Theobaldo De Nigris, Felícia Lanzara e pela Faculdade Senai de Tecnologia Gráfica, é o único do mundo a cobrir todas as etapas da cadeia de produção gráfica, desde a fabricação da celulose até o acabamento e a restauração de documentos impressos.

Como uma escola de fato e de direito, a Eagin compunha-se de diretor, secretário, corpos docente e discente. Desse conjunto, resultaria a formação profissional dos servidores menores lotados em funções gráficas ou correlatas, o aperfeiçoamento profissional dos servidores da Casa e das imprensas oficiais dos Estados e, ainda, a seleção de candidatos a funções gráficas ou administrativas na instituição cuja admissão não dependesse, na forma da legislação da época, de concurso ou provas de habilitação.

A figura das imprensas oficiais aparece no regulamento pelo fato de a entidade que as congrega desde então — A Associação Brasileira de Imprensas Oficiais (Abio) — ser contemporânea da Eagin. Sua origem remete a outro protagonismo de Rubens Porto que,

além de incentivar a criação da entidade, presidiu a primeira reunião em um dos salões da IN. Coincidentemente, esta matéria compõe a edição da Revista Imprensa Nacional no ano em que o órgão sediou a 65ª Reunião da Abio, em junho passado. A capacitação da Eagin se estendia além da IN. Alcançava parentes maiores de 14 e menores de 18 anos, servidores das repartições públicas ou autárquicas e mesmo estranhos de reconhecida idoneidade moral e de boas condições de saúde, matriculados na condição de “estagiantes”.

A grade curricular da Eagin compunha-se dos Cursos Básicos de Artes Gráficas (para menores), de Aperfeiçoamento Profissional (servidores com funções gráficas), de Especialização Profissional (interessados na especialização de alguma função) e de Preparação (aqueles sem conhecimento suficiente para os cursos profissionais). Mas não se limitava somente a estes. Se tomarmos emprestado a locução “visão sistêmica”, em voga no momento, veremos que o estatuto da Eagin se antecipou a ela, pois, também, se abria para ensinar cultura técnica e geral, além de ministrar cursos de Educação Doméstica e dos idiomas inglês e francês. Tudo isso sob a batuta de professores sujeitos a prévia inscrição no registro competente do Ministério da Educação e Saúde.

Com duração de dois a quatro anos, conforme a profissão, esses quatro cursos se subdividiam em Curso de Composição Manual e Mecânica; Estereotipia e Galvanotipia; Impressão Tipográfica; Fotografia de Reprodução; Fotogravura; Rotogravura e Fototipia; Litografia e Offset; Impressão de Rotogravura; Impressão Litográfica e de Offset; Desenho Aplicado às Artes Gráficas; Acabamento; Auxiliar de Mecânica; Auxiliar de Eletricidade; Auxiliar de Carpintaria. Por sua vez, essas subdivisões



Professor Luis Maurício Gonzaga cumprimenta alunos da Eagin em uma das cerimônias de formatura



Em uma de suas visitas à IN, o presidente Juscelino Kubitschek despacha na mesa construída por alunos da turma de marcenaria da Eagin

eram compostas das seguintes disciplinas, distribuídas entre a primeira, segunda, terceira e quarta séries: Português, matemática, desenho (depois desenho especializado), ciências físicas e naturais, geografia, tecnologia, ciências físicas e naturais, oficina e organização administrativa de oficina.

O ensino compunha-se de aulas teóricas e práticas, estas últimas realizadas nas oficinas da IN, em laboratórios profissionais ou quaisquer outras instituições extraescolares para esse fim visitadas. Para os cursos básicos de artes gráficas, havia o pré-requisito do exame de admissão, composto de prova de aptidão física e mental e provas escrita e oral de português e de aritmética.

Reativação — Desativada em 1977, a Eagin retornou ao organograma da Casa pela Portaria nº 906, de 5 de dezembro de 1994, mas não conse-

guiu restabelecer a vitalidade do período anterior, embora pretendesse criar uma mentalidade de formação profissional entre os servidores e oferecesse parceria a órgãos públicos da área de treinamento. Para uma primeira etapa, a retomada previa a qualificação de servidores, avançando para a rede de ensino do Distrito Federal, e menores carentes em convênio com a Fundação do Serviço Social e a Fundação Educacional. Em março de 1995, definiu-se uma diretoria provisória para tocar os núcleos de Orientação Pedagógica, de Orientação Vocacional, Tecnológico

(laboratórios de informática, de fotomecânica e de testes de insumos gráficos), Apoio Administrativo e Capacitação, com aulas ministradas por servidores do quadro próprio da IN.

Ainda em 1995, o Curso de Paginação de Jornais abriu a nova fase da Eagin e formou 13 servidores. Mas o destaque ficou para o Curso de Informática, com 400 servidores inscritos. Naquele ano, o Programa de Formação Profissional de Adolescente (Pipa) formou 12 alunos em artes gráficas, nas áreas de acabamento de livros, marce-

RECORDAÇÕES DE UMA EX-ALUNA DA EAGIN



Dona Glória (terceira da primeira fileira) concentrada numa aula da Eagin

Acervo Museu da Imprensa



Dona Glória entre objetos de estudo e a bandeira da Eagin

Servidora aposentada da IN e monotipista formada pela Eagin, Maria da Glória Vieira Ramos ingressou na escola aos 17 anos. Estudou entre 1959 e 1963, numa turma de cerca de 40 alunos, com significativa participação feminina. Concluído o curso, ainda aguardaria dois anos pela nomeação, finalmente publicada em 1965 em ato assinado pelo então presidente da República, general Humberto de Alencar Castello Branco.

Dona Glória, como é conhecida, gentilmente aceitou o convite da revista *Imprensa Nacional* para uma entrevista e sessão de fotos no Museu da Imprensa. Vaidosa, veio bem produzida: maquiada, pulseiras e anéis vistosos, colar de prata com um crucifixo e sapatos combinando com o vestido longo, de tonali-

CLEPSIDRA - Eagin, marca de formação profissional

naria, higiene, medicina do trabalho, educação artística, recreação, orientação vocacional e pedagógica. O Pipa firmou parceria com o Comitê de Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal de Brasília e com o Instituto Agrícola La Salle, que apoiaram fornecendo transporte, uniforme, alimentação, ajuda de custo e material didático.

Em um ano e meio, os alunos passaram por uma verdadeira imersão na IN. Como a Caixa não renovou o apoio à turma seguinte, o projeto parou naqueles primeiros 12 estudantes. Mesmo sem

a patente da Eagin, internamente a capacitação de servidores manteve-se em maior ou menor escala até o momento, via contratação de cursos das escolas de governo ou particulares. Hoje, subsiste como responsável pelos treinamentos a Gerência de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas, vinculada à Coordenação de Gestão de Pessoas.

Relíquias — No Cantinho da Eagin, o Museu da Imprensa mantém algumas relíquias, como um busto de Getúlio Vargas, talhado em madeira, e uma enorme mesa de reunião, ambos fa-

bricados sob a supervisão da escola. Há, também, a bandeira da Eagin — criação dos alunos —, que reproduz uma prensa, com fundo em tecido amarelo, bordas azuis, púrpura no nome da escola e ramos verde e vermelho no arremate. Protegido em um armário, vê-se um conjunto de peças remanescentes dos Laboratórios de Ciências: disco de Newton, amperímetro, vasos comunicantes, tubos de ensaio, máquina artesanal de fotografia, escova para móveis, hemômetro (utilizado para medir a quantidade de hemoglobina no sangue), pipeta e Becker (utilizado para reações químicas).

idade preta e cinza. Pontualíssima, na hora acertada telefonou para o historiador Rubens Cavalcante Junior, responsável pelo Museu, e que nos auxiliou na conversa. Ela queria saber quem iria apanhá-la, pois já estava pronta. Outro dado elogiável: chegou com a memória aguçada, nada mal para quem já alcançou os 76 anos de idade.

Coincidentemente, dona Glória nasceu no mesmo ano de criação da Eagin, em 1942, prova de que estaria destinada à escola. E no dia 7 de setembro, data da independência do Brasil, noutra semelhança benfazeja. Ela recorda que a Eagin oferecia uma ajuda de custo aos estudantes, incluindo uniforme e alimentação servida na própria IN. A recreação contemplava salas de cinema e de repouso, além da biblioteca que àquela época já se chamava Machado de Assis. Ambiente acolhedor para os alunos, em sua maioria moradores de bairros afastados do Centro. Dona Glória residia em Laranjeiras e deslocava-se até a IN a bordo de transporte público, num percurso de cerca de uma hora.

Passados tantos anos, dona Glória ainda se recorda com exatidão do uniforme feminino da Eagin: blusa bege, saia preta, sapato Vulcabras preto, mesmas cores adotadas pelos homens. Em ambos, o nome Eagin bordado à altura do peito. Esses e outros detalhes certamente foram lembrados na festa de comemoração dos 70 anos da Eagin, promovida em 2012 por cerca de 30 ex-alunos na residência da colega Vera Chaves, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Se na ocasião esqueceram-se de entoar o hino da escola, agora dona Glória nos resgata pelo menos essa estrofe:

*Por um Brasil forte, por um Brasil
unido, por um Brasil feliz, por um
Brasil feliz*

*Eagin estuda, Eagin trabalha, Ea-
gin vence, Eagin vence, salve Brasil!*

Como a escola incentivava a participação dos alunos em aulas de canto, dona Glória soltou a voz o quanto pode, hábito mantido até hoje no Coral da Terceira Idade do Cruzeiro Novo, seu endereço atual. A dança também foi outro hábito preservado por ela. Já desfilou pela escola de samba Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro (Aruc) e curte os pagodes desse bairro



Máquina de monotipia, em que dona Glória trabalhou após se formar na Eagin

mais carioca de Brasília. Herança sonora da sua mocidade nos bons tempos de passista dos blocos Bafo da Onça e Cacique de Ramos, no Rio. Aposentou-se da IN em 1990, com esses hábitos saudáveis. Aliás, aposentadoria fechada com os quatro anos de aluna da Eagin.

Imprensa Nacional 2016-2018: Prestando contas da gestão

Pedro Bertone

O final de mais um ciclo político-administrativo da história da administração pública federal é o momento oportuno para se fazer um balanço das realizações, das dificuldades e, sobretudo, de se projetar novos desafios para as organizações, que têm a missão de dar *continuidade* às suas missões sem *descontinuidade*. No caso da Imprensa Nacional, podemos afirmar que passamos por importantes transformações nos últimos dois anos. Nossa instituição, que em 2018 completou 210 anos de vida, deixou de produzir, desde 30/11/2017, a impressão em papel de seu principal produto, o *Diário Oficial da União (DOU)*, ao mesmo tempo em que iniciou uma transição rumo à aplicação da gestão do conhecimento à sua missão diária de receber, publicar, validar e preservar, com segurança e confiabilidade, os atos oficiais do Estado brasileiro.



Lisandra Nascimento

Pedro Bertone, Diretor-Geral da Imprensa Nacional

Criado por Dom Pedro II, em 1862, para unificar a publicação dos atos oficiais do Império, o *DOU*, com seus 156 anos de existência, continua sua trajetória, agora em formato exclusivamente digital, com o desafio de manter o alto padrão de confiabilidade que sempre o caracterizou. Mais que um periódico, o *DOU* é um acervo vivo da história brasileira.

O principal desafio do veículo é se tornar ainda mais acessível que na versão impressa e, ao mesmo tempo, ser dinâmico, com muitas possibilidades de consulta, como um banco de dados, por meio de interfaces sempre em evolução. O ajuste das imprecisões e a escolha pelas melhores possibilidades tecnológicas norteiam o processo de aprimoramento contínuo do *DOU* digital. A tecnologia basilar dessa evolução é a publicação em dados abertos, em formato XML, que facilita a indexação e o uso por empresas e pessoas dos conteúdos do periódico. A partir dos dados abertos, são aplicáveis inúmeras alternativas de melhoria, a exemplo do aprimoramento

da pesquisa e da otimização para mecanismos de busca. A Imprensa Nacional adotou a publicação em dados abertos, adequando-se ao que preconizou o Decreto nº 8.777/2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal e definiu o *Diário Oficial da União* como um dos produtos federais a serem disponibilizados neste formato.

Nesse processo de transição, manteve-se a versão tradicional em PDF do *DOU*, diagramada tal como se apresentava na versão impressa: em três seções, com três colunas e em formato tabloide – sendo a versão em PDF a única a ter validade legal, assegurada por certificação digital. Mas trabalhamos, também, com vistas a modernizar esta versão tradicional ao longo de 2018, e, desde 5 de novembro último, entrou em vigor a nova diagramação do PDF, com duas colunas, fontes de letra maiores e uso de cores, tornando a leitura ou impressão em formato jornal mais agradável ao usuário.

Modernização administrativa

A evolução do *DOU*, principal produto da IN, é parte de um movimento modernizador maior no órgão, inevitável para uma instituição compelida a se atualizar frente às exigências da revolução digital, que há três décadas vem quebrando paradigmas em todas as áreas produtivas, das quais a atividade gráfica foi uma das mais afetadas.

A Direção-Geral recebeu a incumbência da Casa Civil, em julho de 2016, de modernizar a organização, começando pelo aprimoramento da versão digital do *DOU* e o encerramento de sua impressão, tendo em vista que a realidade do mercado editorial já apontava nesta direção há alguns anos. Na maioria das impressões oficiais do mundo, as versões eletrônicas dos jornais são preponderantes, tendo sido abolida a impressão massiva de exemplares em papel.

No plano organizacional, a Direção optou por fazer um planejamento estratégico de curto prazo, que englobasse ações possíveis de realização no horizonte temporal de dois anos. Assim, em parceria com a *Escola Nacional de Administração Pública (Enap)* e sob a coordenação interna da *Assessoria de Planejamento Estratégico (Aplan)*, a IN elaborou seu planejamento estratégico para o intervalo compreendido entre 2017 e 2019, que abrangeu o governo que finda e o primeiro ano do novo governo. Em 2019, acontecerá a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, ocasião em que se alinhará o horizonte de planejamento da IN com o instrumento constitucional de planejamento governamental.



Nova diagramação do *Diário Oficial da União*



Revista do planejamento estratégico da IN

Construído com a participação das equipes entre abril e setembro de 2017, o Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional (PEIN 2017-2019) se orientou pela busca da modernização dos processos administrativos da Casa, bem como pela ampliação e melhoria dos serviços oferecidos pela IN à sociedade. Nesse sentido, selecionou projetos prioritários, tais como a disponibilização dos atos oficiais em novas mídias e formatos; a inserção em redes sociais; a prestação de serviços gráficos estratégicos e de consultoria especializada em produções gráficas para o Governo; a preservação da memória da imprensa e das artes gráficas no País e a oferta de certificação digital.

IN nas mídias sociais

Desde maio de 2018 a IN instituiu, por meio da Portaria nº 165, de 14 de maio de 2018, sua participação nas mídias sociais *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. A ideia é reproduzir, de forma interativa, conteúdos relativos às publicações do *DOU* com os internautas, bem como divulgar outros produtos e serviços da IN, como os referentes ao Museu da Imprensa, Biblioteca Machado de Assis, Creche e outros.



facebook.com/DiarioOficialdaUniao



instagram.com/impresanacional



twitter.com/Imprns_Nacional

Lisandra Nascimento



O perfil de Instagram da IN divulga, entre outros assuntos, as visitas ao Museu da Imprensa e fotos de peças do acervo



Captura de tela do portal Normas.gov

Normas.gov.br

O portal www.normas.gov.br, criado em 2018, busca integrar toda a legislação brasileira consolidada. O site abrigará as normas federais e estaduais, em formato aberto (XML). Projetos semelhantes existem na França, Espanha, Portugal e Uruguai. A iniciativa foi lançada no âmbito da 65ª Reunião da Associação Brasileira de Imprensa Oficial (Abio), realizada, com o apoio da Imprensa Nacional, em Brasília, entre os dias 7 e 8 de junho deste ano.

Paulatinamente, as imprensas oficiais estaduais alimentarão o portal com suas publicações em dados abertos e com o controle de vigência dos atos, o que permitirá ao cidadão o acesso mais fácil e rápido ao arcabouço legal brasileiro atualizado.



Capas de todas as edições da revista Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública

Revista Imprensa Nacional

Dentre as boas realizações do período, a revista *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública*, lançada no aniversário de 209 anos da Casa, foi concebida para ser um espaço de discussão entre governo e sociedade a respeito dos dilemas concernentes à informação pública oficial, além de abordar assuntos relativos à sociedade da informação e às transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas advindas da revolução digital. Publicou em suas edições assuntos de grande relevância para nossos tempos e resgatou temas relativos à história das artes gráficas e da Imprensa Nacional. Chega à décima edição tendo como matéria de capa os 30 anos da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, marco civilizatório da sociedade brasileira.



Ana Paula Canuto

Biblioteca Digital

Também nos 209 anos da IN, em maio de 2017, foi lançada a Biblioteca Digital Machado de Assis, que reúne documentos, atos e publicações impressos pela Casa desde a sua fundação, em 13 de maio de 1808. Prioritariamente, seu acervo é composto pelas coleções do *Diário Oficial da União* e do *Diário da Justiça*; Coleção Obras Raras Servidor Arnaldo Gonçalves de Brito; e a coleção de jornais históricos publicados pelo órgão: *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota*, *Diário do Governo*, *Diário Fluminense*, *Correio Oficial* e *Gazeta Oficial do Império do Brasil*.

Escaneamento de obra rara para composição do acervo da Biblioteca Digital

Reinstalação da Biblioteca Machado de Assis

No aniversário de 210 anos da IN, foi reinstalada a Biblioteca Machado de Assis, em novo espaço físico, após cerca de 16 anos de inatividade. Um Acordo de Cooperação Técnica encontra-se em andamento com o Arquivo Nacional para implantação de ações conjuntas relativas ao funcionamento das bibliotecas Machado de Assis e do Arquivo Nacional em Brasília em espaço compartilhado. Estima-se a disponibilização completa do *Diário Oficial da União*, cujas lacunas foram preenchidas com doação de coleções dos Ministérios da Justiça e dos Transportes, do Tribunal de Contas da União, da Caixa Econômica Federal e de outros órgãos. Trata-se do resgate de uma importante linha de ação da Casa, de preservação de nossa memória cultural.



Lisandra Nascimento

Biblioteca Machado de Assis na Imprensa Nacional

Agenda A3P

A Imprensa Nacional aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), comprometendo-se com o combate ao desperdício de recursos naturais e públicos; a gestão adequada dos resíduos gerados na Casa; a inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços; e a sensibilização dos servidores em relação aos aspectos ambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.

Assinale-se que, com o fim da impressão do *DOU*, a economia de recursos é da ordem de 720 toneladas anuais de papel-jornal, a um custo estimado de cerca de R\$ 2,5 milhões. Isso equivale à utilização de 10.800 árvores que, na transformação em papel, consomem, mensalmente, uma quantidade estimada de 32 milhões de litros de água, correspondente a cerca de oito piscinas olímpicas.

Placas de identificação da flora da IN feitas a partir de chapas de impressão recicladas



Lisandra Nascimento

Modernização do Parque Gráfico

A Imprensa Nacional almeja, em sua nova fase, oferecer serviços gráficos de alta qualidade no âmbito federal. Para isso, a modernização do parque gráfico é uma diretriz permanente na Casa. Novos equipamentos chegaram, com a adoção da modalidade de locação, o que garante manutenção tempestiva, evitando a obsolescência em tempos de rápida evolução tecnológica no setor. É o caso da nova *CTP* (*computer to plate*), máquina geradora de chapas para impressão plana ou rotativa, com capacidade de impressão em 2.400 *dpis* (*pontos por polegada*), o que permite a impressão de trabalhos com melhor definição visual. Outros equipamentos foram adquiridos, a exemplo da impressora *plotter*, que diversifica o portfólio de produtos impressos da IN. A magnífica impressora DGM, que imprimiu o *DOU* diariamente, por mais de 20 anos, foi adaptada para receber impressão em cores. Essas e outras melhorias propiciarão à IN a possibilidade de continuar sua missão de imprimir produtos gráficos estratégicos para diversos órgãos no âmbito do governo federal (ver matéria da página 44).



Lisandra Nascimento

Impressora plotter adquirida pela IN para diversificação de portfólio de produtos

Interoperabilidade com Sistemas Estruturantes Federais

A Imprensa Nacional trabalhou fortemente nos últimos dois anos para aprimorar e aprofundar a integração automatizada de seu sistema de publicação de matérias no *DOU*, o Incom, com outros sistemas federais que produzem atos de diversas naturezas posteriormente publicados. Nesse sentido, aprimoramos a integração com os sistemas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como Sidec e Siasg, responsáveis pelo envio de grande parte das matérias com editais, avisos e outros, componentes da Seção 3 do *DOU*.

Desenvolvemos, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e sob supervisão da Casa Civil, o módulo de integração entre o Incom e o SEI,

sistema de tramitação de processos administrativos adotado pelo governo federal desde 2015. Em fase piloto de operação, já temos algumas unidades da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão adotando esse módulo no envio de matérias para publicação, e a própria Imprensa Nacional está, desde novembro, utilizando tal ferramenta na publicação de suas matérias.

Vale ressaltar a própria implantação do SEI na Imprensa Nacional desde 5 de junho de 2017, garantindo, desde então, a tramitação de 100% de seus processos administrativos em meio digital, alinhando integralmente a IN ao Processo Eletrônico Nacional.

Contratos de prestação de serviços

Nesse período, foram recontratados vários serviços para a manutenção das instalações e para o auxílio no funcionamento da Imprensa Nacional, como: limpeza e conservação; apoio administrativo; manutenção predial; jardinagem; restaurante e lanchonete e creche.

Além disso, novas iniciativas foram empreendidas, especialmente para a adequação das instalações da Imprensa Nacional às exigências do Corpo de Bombeiros. Foram, também, adquiridos novos equipamentos para a área gráfica, por meio de compra ou locação.

A Imprensa Nacional participou de um processo seletivo promovido pela Companhia Energética de Brasília (CEB) para participar de um programa de eficiência energética, tendo sido uma das contempladas. Com isso, poderá contar, no próximo ano, com o financiamento de, aproximadamente, dois milhões de reais concedidos a fundo perdido pela CEB para a construção de um sistema de produção de energia solar, além da modernização dos sistemas de iluminação e de ar-condicionado.



Lisandra Nascimento

Contrato de jardinagem garante a manutenção da área verde da Imprensa Nacional

Com a descontinuidade do *DOU* impresso, foram encerrados os contratos de distribuição dos jornais, o que gerou uma economia de aproximadamente R\$ 600.000 por mês. Foram também revistos contratos de manutenção do parque gráfico, racionalizando-se custos. Partes desses recursos, foram fundamentais para os investimentos em modernização do *DOU* em meio digital.

Museu da Imprensa

Inaugurado em 13 de maio de 1982, o Museu da Imprensa ostenta um rico acervo de mais de 500 peças e documentos, cuidadosamente preservados num prédio de 680 metros quadrados, localizado nos jardins da Imprensa Nacional. Além de peças raras, a exemplo da Planta de Cobre da então Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Museu abriga o monotipo utilizado pela primeira mulher a trabalhar no serviço público no Brasil, Joana França Stockmeyer. Em 2017/2018, o tradicional Concurso Nacional Museu da Imprensa manteve-se com o retorno do patrocínio da Caixa Econômica Federal, e alcançou um recorde de inscrições. A meta é nacionalizar, ainda mais, o concurso pela busca de novos parceiros e por maior visibilidade.



Lisandra Nascimento

Equipamentos gráficos em exposição no Museu da Imprensa

Associação dos Amigos do Complexo Cultural da IN (AMI)

Recém-fundada, a Associação dos Amigos do Complexo Cultural da Imprensa Nacional (AMI) está em plena campanha para angariar sócios. A meta é a promoção de estudos relativos à história da imprensa, inclusive a imprensa oficial, da indústria gráfica brasileira e da Imprensa Nacional. A premiação deste ano do Concurso Nacional Museu da Imprensa terá a intermediação da AMI no repasse das cadernetas de poupança da Caixa aos alunos vencedores. A filiação à AMI é livre, com ficha de inscrição disponível no Museu da Imprensa. Pessoas físicas pagam anuidade de R\$ 100,00 e jurídicas de R\$ 200,00. Além do Museu da Imprensa, o Complexo Cultural, também, engloba a Biblioteca Machado de Assis e o Auditório D. João VI.

Trajano Jardim, presidente da AMI, Pedro Bertone, Diretor-Geral da IN, Marlei Vitorino da Silva, Coordenadora de Relacionamento Externo e Rubens Cavalcante Júnior, responsável pelo Complexo Cultural do Museu da Imprensa



Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Concurso público

Com vistas à reposição dos quadros da Imprensa Nacional, a Diretoria-Geral promoveu conversações com o Ministério do Planejamento para a realização de concurso público para o órgão. A nota técnica elaborada pela Coordenação de

Gestão de Pessoas está em análise pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MP. Foram priorizadas as vagas destinadas à área de Tecnologia da Informação e de Técnico em Comunicação. Há previsão para a realização do concurso em 2019.

Creche Leônicio Correia

No ano de 2018, a Creche Leônicio Correia passou a atuar em consonância com as normativas educacionais vigentes (LDB, Diretrizes Curriculares da Educação Infantil) e passou a atender crianças da faixa etária de 6 meses a 4 (quatro) anos de idade, as quais representam o público prioritário da Educação Infantil, pois anteriormente atendia crianças até a faixa etária de 6 (seis) anos de idade. Foi elaborado, em conjunto com os pais, um regimento para o funcionamento da Creche.

O Projeto Pedagógico desenvolvido pela Creche Leônicio Correia, em 2018, contou com atividades referentes aos seguintes projetos, sendo um por bimestre:



Jéssica Soares da Silva

Creche Leônicio Correia da Imprensa Nacional

1. Quem sou eu – Relativo ao reforço na construção da identidade e da autonomia da criança. Desenvolvido no primeiro bimestre, quando a criança está se ambientando à Creche;

2. Festa dos Estados – Escolhida uma manifestação cultural típica de um estado de cada região brasileira, com objetivo de difundir a cultura regional. Crianças e pais envolveram-se no evento;

3. Feira do Livro – Visando o incentivo à leitura e à formação do público leitor, as crianças leram e interpretaram os clássicos da literatura infanto-juvenil, como *Os Três Porquinhos*, *Branca de Neve e os Sete Anões* e *Menina Bonita do Laço de Fita*; o que culminou com a apresentação teatral das turmas.

4. Projeto Horta – Com o objetivo de incentivar a alimentação saudável, foram preparados, com terra nova e adubo, os vasos que ficam ao redor da Creche para plantio pelas crianças de ervas e pequenas frutas.

Houve, também, a revitalização dos espaços, com podas de árvores e pintura das dependências, além da instalação de uma horta, com vistas ao envolvimento dos alunos. Foram, ainda, realizadas dedetizações e adequações físicas, para evitar a proliferação de animais peçonhentos.

Projetando o futuro



Lisandra Nascimento

Fernando Zanardo, colaborador da IN, faz análises das publicações do *DOU*, utilizando a ferramenta de *Big Data*

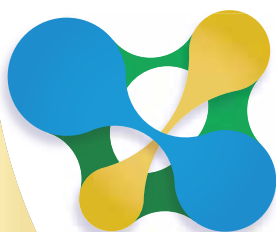
Muito foi feito nos últimos anos, mas temos convicção de que muito mais temos a avançar nos próximos. Um órgão como a Imprensa Nacional lida com o ativo mais valioso deste século XXI – informação, que pode e deve se transformar em conhecimento a ser aplicado na elaboração e no aprimoramento contínuo das políticas públicas. Nesse sentido, a digitalização do *DOU* já iniciada possibilitará o desenvolvimento de uma gama enorme de produtos a serem disponibilizados ao Estado e à sociedade brasileira, por meio do uso de soluções como tecnologia *big data* e *machine learning*, tais como *clippings* digitais customizados às necessidades dos usuários, públicos e privados, estatísticas e quadros demonstrativos das mais diversas naturezas advindas das informações públicas oficiais e normatização com controle automatizado de vigência, criando garantias de que os gestores públicos e privados terão o arcabouço normativo absolutamente atualizado à sua disposição para análise, informação ou tomada de decisão.

A parcela “alma gráfica” de nossa organização permanece viva, mas agora terá que se adaptar às novas demandas pós-era da impressão do *DOU*. Nesse sentido, já iniciamos a readequação de nosso parque gráfico e de nossos colaboradores para a produção de novos serviços, migrando do modelo clássico de impressão rotativa para o digital, atendendo às demandas por serviços desta natureza ainda fortemente presentes nos órgãos públicos federais. Apresentamos contínuo crescimento da carteira de clientes desde 2016 e temos potencial para avançar muito mais nos próximos anos, disponibilizando

aos clientes produtos gráficos com custo, qualidade e prazo de entrega mais vantajosos do que aqueles observados no mercado gráfico privado.

Na preservação da nossa memória cultural, temos equipamentos a exemplo do Museu e da Biblioteca da Imprensa, que deverão ser incrementados com novas atrações nos próximos anos em suas estruturas de visitação presencial, mas muito temos a avançar nas versões digitais desses equipamentos, alcançando cada vez mais visitantes em ambas as modalidades.

Para finalizar, é imperioso ressaltar que transformações organizacionais só acontecem com o envolvimento e a participação das equipes de trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar o empenho e a paixão com que o servidor da Imprensa Nacional se engajou nesse processo. Sem isso, nenhum avanço seria possível. Fica o compromisso de fortalecer nos próximos anos a força de trabalho da IN, requalificando-a para os novos desafios que a ela se impõe nesse contexto de transformação. Tenho a convicção de que um órgão que sobrevive há 210 anos de história tem capacidade de cumprir suas missões institucionais adaptando-se à inovação de cada período histórico. Dessa forma, saberemos agir, mais uma vez, em prol do Estado e da sociedade brasileira, que se acostumou, nos últimos dois séculos, a confiar no *Diário Oficial da União* como fiel emissor da “Certidão de Nascimento” das políticas públicas de nosso país.



1º Fórum da Rede Nacional de **COMPRAS PÚBLICAS**

O I Fórum Nacional de Compras Públicas (FNCP) será realizado pela Rede Nacional de Compras Públicas (RNCP) e seus parceiros, nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2018, na Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em Brasília, Distrito Federal.

A Rede Nacional de Compras Públicas (RNCP), de natureza colaborativa, visa congrega as instituições e suas unidades de compras no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de todos os Poderes, inclusive a Corte de Contas, as empresas estatais e o terceiro setor, bem como as instituições que fomentam a modernização de compras públicas, para fins de interação e cooperação entre os participantes e aperfeiçoamento das compras públicas no País.

www.planejamento.gov.br/compraspublicas

Parceiros:



Realização:



SECRETARIA DE
GESTÃO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Marcelo Maiolino e
Jéssica Soares da Silva

Volume de pagamentos por meio de dispositivos móveis cresceu 38% em um ano graças à mobilidade dos *smartphones* e a aplicativos que permitem transferências entre usuários

“Posso pagar amanhã? Esqueci meu telefone em casa...”. Há trinta anos, essa frase soaria absurda, mas, hoje, é perfeitamente normal, tendo em vista o crescimento dos meios de pagamento por telefone celular.

Além dos aplicativos de *home banking* dos bancos tradicionais, por intermédio dos quais é possível realizar as operações bancárias usuais, agora, o consumidor pode lançar mão de *apps* específicos para pagamentos e transferências por telefone móvel. Trata-se de uma tendência cada vez mais forte, graças à facilidade e à segurança proporcionadas pelos recursos tecnológicos dos aparelhos e das redes de comunicação.

Pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) revela que o número de pagamentos por celular e demais dispositivos móveis cresceu 38% no ano passado em relação a 2016, alcançando 25,13 bilhões de operações, o que equivale a uma fatia de 35% de um mercado de 71,8 bilhões de transações. Só para se ter uma ideia da importância dessa expansão, vale ressaltar que um levantamento do Banco Central aponta que as operações com cartões de crédito ou débito totalizaram 6,4 bilhões em 2017 contra 5,9 no ano anterior, bem abaixo do verificado no caso dos celulares. Observou-se, também, redução na quantidade de transações por meio de centrais de atendimento telefônico.

Gustavo Fosse, diretor setorial de Tecnologia e Automação Bancária da Febraban, destaca que a ampliação do número de pagamentos por *mobile banking* vem sendo reforçada pelo alto volume de recursos destinados pelos bancos ao setor. Os investimentos com *software*, que avançaram 15% em relação a 2016, representam metade do orçamento dos bancos em tecnologia. *Hardware* consumiu 32% dos investimentos e telecomunicações, 18%. A pesquisa revela, ainda, que as transações com movimentação financeira por aplicativos de celular saltaram 70%, impulsionadas pelo crescimento do pagamento de contas (+85%), transferências/DOC/TED (+45%), contratação de crédito (+141%) e investimentos/aplicações (+42%).

Ao que tudo indica, a tendência é mesmo a de que o número de transações bancárias por celular continue em alta. A 27ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), indica que, nos próximos dois anos, o Brasil terá 236 milhões de aparelhos celulares, um crescimento de 40% em relação ao número atual, o que representa um expressivo crescimento da base tecnológica sobre a qual rodam os aplicativos de pagamento.

Para Lúcia Barros, gerente de uma pequena loja de salgadinhos no Setor de Indústrias Gráficas, em Brasília, “o recebimento do pagamento por celular ou

outros meios digitais é muito mais seguro do que dinheiro e contribuiu muito para o aumento das vendas”. Em sua loja, a máquina escolhida foi a da Payleven, que aceita cartões de débito e crédito, Visa, Mastercard, Hipercard e Elo e é controlada por aplicativo próprio, que funciona no *smartphone* ou *tablet*.

O uso de celulares no comércio, na verdade, é o fenômeno mais recente de uma tendência que vem de longe: a virtualização da riqueza ou o fim do dinheiro em papel. Segundo Karen Filietaz, *head* de vendas da PayPal, um dos maiores sistemas de transferências e pagamentos do mundo, em alguns países, como Suécia e Dinamarca, o dinheiro físico já tem até data para acabar. “Não tenho dúvida de que estamos a caminho, no mundo inteiro, do fim do dinheiro e da economia *offline*, porque ela representa mais riscos para quem vende e para quem compra do que o meio *online*. E, também, garante ao governo e às instituições financeiras maior controle sobre os negócios realizados com moeda corrente, o que, no mínimo, diminuirá as chances de sucesso de fraudadores e sonegadores de impostos”, detalha.

Com telefones que cabem no bolso e acesso à internet de qualquer lugar com cobertura de celular, os bancos viram a oportunidade de criar *apps* semelhantes aos seus sistemas de internet *banking*, populares desde os anos 1990.



Lúcia Barros, da Lanchonete Norte de Minas: “Recebimento de pagamentos por celular contribuiu para o aumento das vendas”



Gustavo Fosse, da Febraban, destaca o volume de investimentos em *software*



Além dos bancos tradicionais, essa nova tecnologia permitiu o surgimento de bancos que operam exclusivamente em ambiente virtual, sem agências físicas. É o caso dos bancos Inter, Next, Neon e Original, entre outros. Sem os custos operacionais das agências físicas, essas empresas oferecem todos os serviços bancários por intermédio do celular, sem cobrar tarifas ou com taxas muito reduzidas, tornando-se, assim, uma alternativa atraente aos bancos tradicionais. Estes, para não perderem clientes, estão investindo, também, nesse novo modelo de negócio.

Além dos aplicativos dos bancos, a união bem-sucedida da internet com a tecnologia dos smartphones permitiu o surgimento de modalidades de pagamento exclusivamente por celular. É o caso do PicPay, para a transferência de recursos entre os seus usuários sem o pagamento de tarifas. Há, ainda, empresas que, embora não sejam modelos de negócios surgidos no ambiente de celular, usam suas facilidades para

ampliar as possibilidades de negócios, como a PayPal, gigante mundial na área de transferência de recursos entre usuários de cartões. No Brasil, a Nubank opera cartões da bandeira MasterCard, e, também, se notabilizou ao explorar esse nicho de mercado de maneira independente, pois, além de não pertencer a um banco tradicional, disponibiliza um aplicativo por intermédio do qual o cliente acompanha todas as suas operações: uma revolução no relacionamento com o usuário.

Enquanto o mercado atual segue em franca expansão, novas tecnologias continuam a surgir. A nova geração de aplicativos, chamados de *contactless* (do inglês, “sem contato físico”) permite ao cliente realizar pagamentos aproximando o celular do dispositivo de leitura. Por meio do *contactless*, é possível comprar e vender produtos ou serviços apenas aproximando o celular de um leitor móvel de cartão, de uma máquina de cartão ou mesmo de outro celular. O pagamento via *contactless* já é uma realidade em outros países, enquanto está apenas começando no Brasil. Mas, algumas empresas já oferecem esse tipo de tecnologia sozinha ou em parcerias com bancos e operadoras de celular.

O Banco do Brasil, por exemplo, já oferta esse serviço via Ourocard, um dos cartões de crédito oferecidos pela empresa. O Santander inovou ainda mais e já disponibiliza dispositivos independentes, como pulseira e adesivos capazes de realizar pagamentos por conta de sua tecnologia integrada, além do Santander Way, que possibilita o pagamento de passagens de ônibus via celulares Android. O Itaú Unibanco trabalha no aprimoramento da plataforma para os clientes do banco, sendo que as máquinas da Rede já contam com tecnologia NFC (*Near Field Communication*),

que permite a troca de informações sem fio e de forma segura entre dispositivos compatíveis que estejam próximos um do outro. E o Bradesco, também, firmará parceria com a Visa para introduzir carteiras digitais pelo sistema operacional Android.

O gerente do Restaurante Fogão Nativo, localizado no Setor de Indústrias Gráficas, em Brasília, Heitor Queiroz Vasconcelos, já aderiu às máquinas de leitura de cartão por aproximação do celular. Para ele, segurança e velocidade no atendimento são os principais diferenciais dessa nova tecnologia. Para quem teme que alguém mal-intencionado poderia aproximar uma máquina de leitura de cartões de alguma pessoa a fim de “chupar” dinheiro, Queiroz explica que a operação, para ser concretizada, requer que o celular fique extremamente próximo da máquina e de frente para ela, o que garante a segurança da operação.

O onipresente celular e seus milhares de aplicativos, um para cada pequeno aspecto da vida, recentemente, também, funcionam como habilitação para motorista, título de eleitor e, agora, carteira de dinheiro virtual. Nesse ritmo, em breve o aparelho será o único objeto que se levará ao sair de casa.



Karen Filietaz, head de vendas do PayPal Brasil, fala a respeito do fim do dinheiro em papel



Heitor Queiroz Vasconcelos, do Fogão Nativo, diz que os pagamentos de contas por celular são muito seguros e o atendimento é rápido

Principais aplicativos



A posse de um aparelho celular permitiu ao cidadão comodidades impensáveis há pouco tempo, como transferir dinheiro e pagar contas sem precisar digitar o código de barras: basta apontar a câmera para o documento que o aplicativo conclui a operação. Entretanto, para usufruir dessas facilidades, é preciso escolher um aplicativo que atenda às necessidades do usuário. Confira as principais opções disponíveis nas lojas virtuais da Apple (*AppStore*) e para os aparelhos que rodam o sistema operacional da Google, o Android (*PlayStore*).



Banco Inter – Conglomerado financeiro brasileiro, com sede em Belo Horizonte, atua com operações em conta corrente, capital de giro, crédito imobiliário, financiamentos, cartões de crédito, câmbio, consórcios e outros.



Neon – A exemplo do Inter, é um banco digital, que oferece todos os serviços de um banco tradicional, como conta corrente, cartão de crédito, entre outros. Recentemente, lançou um serviço inédito de identificação via selfie para autenticação de compras via internet.



Pag! – É uma instituição que atua de forma digital. O aplicativo Pag! oferece serviços financeiros do tipo conta digital e cartão de crédito. Por meio do aplicativo, o usuário consegue gerenciar transações, como pagamentos de contas, depósitos, entre outros.



Nubank – Fundada em 2013, é uma empresa brasileira que atua como operadora de cartão de crédito. Além de não cobrar tarifa nem anuidade, os usuários realizam todas as transações por meio do próprio aplicativo da Nubank.



PayPal – Realiza transferências de dinheiro e serve como alternativa eletrônica aos métodos tradicionais. Funciona como um processador de pagamento para fornecedores *online*, *sites* de leilão e outros usuários comerciais.



PicPay – Aplicativo de transferência de dinheiro para outra pessoa sem precisar pagar nada pela transação. Por intermédio do PicPay, o usuário pode pagar em estabelecimentos que são cadastrados no aplicativo.



Yapay – Desde 2011 opera no ramo de intermediação e recebimentos. Atualmente, dispõe de dois produtos principais: *gateway* de pagamento, funciona basicamente como um terminal de cartão de crédito usado em lojas de varejo e intermediador de pagamentos, que é uma proteção antifraude na hora de realizar as transações *online*.



PagSeguro – Meio de pagamentos por celular que simplifica as transações dentro da internet. Oferecido pela Uol, o PagSeguro oferece segurança para quem quer comprar e vender pela internet.



No primeiro ano após a descontinuidade da impressão do *Diário Oficial da União*, a Coordenação de Produção direcionou os esforços em aquisições e adequações de equipamentos para se reposicionar no novo cenário.

Com o fim do diário impresso, imediatamente foi posto em prática o plano de adaptação da Rotativa DGM 850, que consistiu na reconfiguração da máquina para impressão em cores. Concluído o trabalho, a Imprensa Nacional (IN) já reúne condições de buscar o mercado de livros didáticos e outros impressos de alcance nacional, como a *Revista Zero*, da Turma da Mônica, uma encomenda da Controladoria Geral da União (CGU) com tiragem inicial de 2,5 milhões de exemplares, para distribuição em todas as escolas do ensino básico do País.

Nessa nova perspectiva, foi adquirida por locação uma gravadora de chapas CTP, abreviação da tecnologia *Computer-to-plate* (Computador para a chapa),

utilizada nos modernos processos de impressão gráfica. A nova máquina, marca Esko-graphics, trabalha com cinco diferentes formatos de chapa, inclusive o maior, de folha inteira, e permitirá dobrar a capacidade produtiva, caso a IN venha adquirir uma impressora de mesmo formato de impressão. Atualmente, a Casa trabalha com limite de dimensão de impressão em meia folha.

Outra vantagem da nova CTP é a resolução de até 2.400 dpis (pontos por polegada) contra 1.200 dpis do antigo equipamento, o que permite a impressão de trabalhos com melhor qualidade visual. Além de melhor qualidade, interessante ressaltar que o modelo de aquisição é economicamente vantajoso para a IN, considerando que o contrato de locação cobre toda a manutenção, assim como a reposição de peças, limpeza e retirada de resíduos, tudo isso, a um custo 40% menor que o contrato de manutenção dos antigos equipamentos, já rescindido.

A mais recente aquisição para ampliação do parque gráfico foi uma impressora do tipo plotter, equipamento digital para impressão em gran-

des formatos e diferentes superfícies. A aquisição de mais esse equipamento diversificará o portfólio de produtos impressos que a IN poderá oferecer à Administração Pública Federal e atenderá demanda identificada em diversas tratativas com órgãos parceiros. Além das aquisições, a compra de um lote de mais de 300 peças possibilitou a recuperação de diversos equipamentos que se encontravam com restrições de operação há vários anos.

Importa registrar, por fim, que as melhorias no parque gráfico não resultaram em aumento de despesa. Pelo contrário, o custo operacional teve expressiva redução com a rescisão de três onerosos contratos de manutenção, medida possível graças ao modelo adotado de locação do CTP e também com a estruturação de uma gerência de manutenção de máquinas, para atendimento de primeiro nível.

NO PRELO - A renovação do parque gráfico da Imprensa Nacional



Lisandra Nascimento

Máquina grampeadora do parque gráfico da IN



Lisandra Nascimento

Máquina para produção de chapas de impressão



Lisandra Nascimento

Impressora offset plana Koenig & Bauer AG (KBA) do parque gráfico da IN



Lisandra Nascimento

Impressora rotativa Dauphin Graphic Machines (DGM 850) adaptada para impressão em cores



Jéssica Soares da Silva

Capa e contracapa da revista da CGU, com a Turma da Mônica, produzida na IN



Jéssica Soares da Silva

Revista da CGU, com a Turma da Mônica, produzida na IN

Maestro David Junker: um incansável fomentador da arte musical

Ezequiel Boaventura

No início dos anos 1980, um aluno vindo de Presidente Prudente, interior de São Paulo, ingressou no Departamento de Música da Universidade de Brasília (UnB), para estudar composição e regência em grau de licenciatura. O estudante chama-se David Bretanha Junker, hoje consagrado maestro, professor e fomentador da música erudita e do canto coral no Brasil e no exterior.

Ele criou vários grupos de canto em Brasília, desde o Coral da UnB e a Serenata de Natal, que surgiu dentro do Coral da UnB, em 1981, até o Coro Infantojuvenil, ativo durante cinco anos, passando pelo Coro Sinfônico Comunitário da UnB, em 1991, e Madrigal-UnB, em 1992, sem contar outros trabalhos nacionais e internacionais.

David Junker foi o primeiro doutor no Brasil na área de educação musical com ênfase em canto coral. Formou-se

na UnB nos cursos de licenciatura em música e composição e regência. Com extensas realizações na vida acadêmica, prosseguiu os estudos (como bolsista da Capes, Comissão Fulbright, Laspau e CNPq), obtendo mestrado em regência coral e doutorado (PhD) em educação musical/música coral, ambos na University of Missouri, nos Estados Unidos.

Agraciado com diversas condecorações, destacam-se a “Ordem do Mérito do Grau de Oficial do Distrito Federal”, do Governo do Distrito Federal (1994); a “Láurea Medalha do Mérito Carlos Gomes”, da Academia de Letras e Música do Brasil (1996); o Título de “Mérito Wolfgang Amadeus Mozart” e a “Medalha do Mérito JK”, ambos da Academia Internacional de Cultura (2006 e 2010), a “Medalha do Pacificador” e “Ordem do Mérito Militar no Grau de Cavaleiro”, concedidas pelo Comando-Geral

do Exército Brasileiro (2007 e 2009). É membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPON), American Choral Director’s Association (ACDA), Music Educators National Conference, (MENC), International Federation of Choral Music (IFCM), Ordem dos Músicos do Brasil e Associação Brasileira de Regentes de Coros (ABRC). Ocupa a Cadeira nº 78 da Academia de Letras e Música do Brasil (ALMUB), que tem como patrono o compositor Camargo Guarnieri.

Para falar do trabalho incansável de maestro, David Junker concedeu a entrevista abaixo à *Revista Imprensa Nacional*, diretamente da Campbells-ville University, no Estado de Kentucky, EUA. Lá, ele exerce a função de professor visitante e pesquisador acadêmico enquanto durar a licença da UnB para obter seu terceiro pós-doutorado.

O senhor é muito conhecido em Brasília por ser fomentador da arte musical, organizador de atividades culturais e criador de grupos corais. Como o senhor se definiria no meio artístico-cultural?

Creio que, olhando para minha trajetória desde os tempos de aluno de Composição/Regência e Licenciatura da UnB, no início dos anos 1980, até os dias atuais, espero ser reconhecido como um ser humano que prima pelo crescimento estético e musical que englobe as dimensões de corpo, da alma e do espírito do indivíduo, por meio das

Apresentação Réquiem de Mozart, pelo Coro Sinfônico Comunitário da UnB na Igreja Metodista de Brasília, em agosto de 2018



Edgar Marra

atividades musicais e corais. Fui, sim, criador de vários grupos corais de Brasília, desde o Coral da UnB e da Serenata de Natal (esta atividade surgiu dentro do Coral da UnB) em 1981 até o Coro Infantojuvenil (que foi ativo por cinco anos), passando pelo Coro Sinfônico Comunitário da UnB, em 1991, e Madrigal-UnB, em 1992. Criei, também, nos Estados Unidos, como ministro de música em uma Igreja Metodista, grupos de sinos, além de trabalhar com coral de adultos e de jovens.

Mas, como disse acima, o mais importante para mim é perceber a transformação de vidas por meio da música.

Poderia nos citar quais foram os seus principais trabalhos nos últimos anos?

Uma das características que, talvez, me faça diferente de outros regentes corais é a de reger grandes obras musicais para coro e orquestra, com grupos corais comunitários, cujo carro-chefe é o Coro Sinfônico Comunitário da UnB.

Nos últimos anos, tive o privilégio de atuar como professor e regente na Suécia (por meio de um convênio entre a Universidade de Brasília e a Universidade de Örebro), país considerado como grande fomentador da música coral no mundo, cujos habitantes têm o costume de cantar em grupos. Fui a primeira vez e me convidaram para voltar mais duas vezes, por alguns meses.

Essa atuação musical, pelo meio acadêmico, também me proporcionou atuar em algumas instituições, como professor visitante e pesquisador, como a Butler University (Indiana, EUA), University of Missouri (Missouri, EUA) e, agora, estou, por um ano, atuando na Campbellsville University, onde faço pesquisas para escrever meu quarto livro e atuo como professor visitante. Isso, em minha terceira licença de pós-doutorado da UnB.

Em 2006, fui selecionado para fazer parte da Enciclopédia Internacional *Who's Who*, editada nos Estados Unidos, e incluído nas edições de todos os anos seguintes, na categoria *Who's Who in the World*. Fui, também, laureado com o título de *International Educator of the Year 2007* pelo Cambridge Biographical Institute, na Inglaterra. Esse mesmo instituto me

“o importante é perceber a transformação de vidas por meio da música”

distinguiu, no ano de 2008, como um dos “Cem Melhores Educadores do Mundo” (*Top One Hundred Educators of the World*). Depois disso, fui indicado para in-

tegrar a série *Who's Who among Executives and Professionals* a partir do ano de 2011.

A música erudita é uma das manifestações mais importantes da história cultural da humanidade. Porém, essa forma de arte, geralmente, é tida como algo de difícil compreensão, destinada a um público segmentado, de alto poder aquisitivo e grande cultura. Essa afirmação é verdadeira ou a música erudita está cada vez mais acessível?

Não creio assim em relação à última parte desta afirmação! Acho que foi Goethe que afirmou (e eu concordo plenamente) que a música pode viver sem o mundo, mas o mundo não pode viver sem a música! Ela é, sim, uma das manifestações de arte mais importantes por dar um sentido bem diferente à vida, que pode servir de instrumento



para alimentação da alma e do espírito do indivíduo. Ela está presente na história de todos os povos da humanidade, sem exceção. Ela se mistura com a cultura de um povo, elemento primordial para o desenvolvimento da educação desse povo. Sem cultura, a educação não se aprofunda e não cresce! Não o contrário.

Com isso, quero afirmar que, com o desenvolvimento cultural de um povo, a música erudita se torna cada vez mais acessível. O problema é que temos algumas variáveis culturais que atuam, em minha visão, como elementos de anti-cultura, como os meios de comunicação no Brasil, onde principalmente produtos musicais semeados por eles não têm nada de musical a oferecer a não ser melodias pobres (repetidas inúmeras vezes), harmonias quase que inexistentes (somente os acordes básicos, quando presentes), figuras rítmicas que se repetem, sem grandes variações, com letras que fogem ao bom senso, utilizando, inclusive, palavras chulas e palavrões. Como exemplo, uma das únicas rádios de Brasília, que trazia em sua programação música clássica nas noites, foi descontinuada. Assim, fica difícil fazer com que o cidadão seja exposto à música erudita, deixando como verdadeira a expressão de que a música erudita é somente para os ricos ou de grande cultura... Isso é uma falácia!

Quanto mais expostas as pessoas forem à prática da música erudita, mais falsa será a afirmação dessa pergunta. Em minha experiência, principalmente com os coros comunitários e as aulas de canto coral da UnB, onde há turmas de cerca de 250 alunos, vejo exatamente o contrário! Se não me engano, essa disciplina é a mais procurada do campus, onde cerca de mil alunos não conseguem fazer matrícula. Têm também as pessoas que fazem parte do Coro Sinfônico, com 27 anos de atividades ininterruptas. Houve semestres com mais de 500 pessoas, portanto milhares de pessoas já foram alcançadas.

O problema que vejo está na falta de apoio do Estado, seja em âmbito local, regional ou nacional. Há quantos anos estamos, em Brasília, sem o Teatro Nacional funcionando?

Quem mora em Brasília, provavelmente, já teve o privilégio de assistir a alguma apresentação do Coro

Sinfônico da Universidade de Brasília (UnB), Serenata de Natal etc. O senhor poderia falar a respeito da criação desse importante grupo musical e de sua influência na cena cultural e musical da cidade?

Bem, vamos começar pela “Serenata de Natal”, por ser esse o movimento mais antigo. O Coral da UnB nasceu em 1981, por intermédio de um movimento de alunos, com o apoio do professor Orlando Leite, à época. Fred Lins Brasiense, portador de um grande carisma, fez um grande movimento entre os alunos de toda a UnB e eu, aluno de regência, fui escolhido para reger. Assim, nasceu o Coral da UnB, onde na primeira apresentação tivemos cerca de 300 cantores no campus. A serenata nasceu de uma ideia que tivemos, naquele mesmo ano, de cantar músicas natalinas durante toda a noite nas superquadras do Plano Piloto. Essa atividade foi tomando um rumo de oficialização, dentro da UnB, trazendo um grande apoio da comunidade, ao ponto de trabalharmos com creches e asilos durante os dias, com a mensagem musical do Natal. Assim, ela se tornou uma tradição na cidade, inclusive influenciando outras cidades brasileiras a criarem este movimento também.

O Coro Sinfônico Comunitário (CSC) da UnB foi criado em 1991. Esse projeto foi pioneiro, pois não havia nenhum grupo coral comunitário com essas características no País, que executasse obras-primas para coro e orquestra. Ele surgiu de um sonho pessoal, enquanto morava fora, obtendo o doutoramento. De pronto, conquistou a comunidade brasiliense, tendo em seu primeiro semestre cerca de 100 cantores. Daí em diante, centenas de pessoas fizeram parte, a cada semestre, fazendo com que milhares de pessoas participassem dessa atividade. Além disso, você pode encontrar um médico cantando ao lado de um pedreiro ou zelador.

Isso faz com que essa atividade atinja todos os propósitos de comunidade pela UnB. Além do mais, esse projeto tem atuado como grande fomentador de cultura não somente na região, mas no Brasil. Nesses 27 anos, o CSC foi o produtor de grandes seminários, festivais e trabalhou para a realização da Convenção Internacional de Regentes de Coros,

trazendo dezenas de conferencistas de vários países e cerca de 400 regentes brasileiros. Nesse evento, foi criada a Associação Brasileira de Regentes de Coros, entidade representativa dos regentes e seus estudantes no País.



Edgar Marra

Maestro David Junker

“A música fomenta a criatividade, ensina comunicação afetiva, provê instrumentos básicos para avaliação crítica do mundo que nos envolve e instiga os fatores inabaláveis de autodisciplina e compromisso”

Já passaram pelo Coro muitos cantores que atuam nos musicais em São Paulo e no exterior, cantores de ópera e instrumentistas que se descobriram musicistas por meio das atividades do Coro. Inclusive já houve uniões de casamento cujas relações de afeto se iniciaram no Coro.

O Coro (juntamente com o Madrigal-UnB) foi o primeiro grupo comunitário da América Latina a se apresentar no Carnegie Hall de Nova Iorque, considerada uma das principais salas de concertos no mundo, em 1994.

Apresentação do *Ave Verum Corpus* de Mozart, no Colégio Militar de Brasília, em junho de 2018

É fato que hoje a maioria das orquestras sinfônicas do Brasil enfrenta dificuldades financeiras para se manter. Que sugestões o senhor teria para resolver esse problema?

Essa pergunta é tão complexa que tenho um orientando de mestrado pesquisando a respeito dessa temática no programa de pós-graduação da UnB. Portanto, não tenho como responder. Temos que continuar lutando, com garra e com muita perseverança, tentando conquistar os governos e a população acerca da importância da música na vida cultural do Brasil. Ela não pode ficar de fora dos currículos dos ensinos fundamental, médio e superior de nosso país. Depois de um esforço descomunal dos educadores musicais que conseguiram, em 2008, que a música, como disciplina, fosse incluída no currículo das escolas, veio este governo e, com uma canetada, propôs uma “reforma do ensino médio”, em que a música, dentre outros conteúdos, fosse jogada novamente de lado.

Qual a importância da música na formação cultural, ética e humanista de uma pessoa?

Total, plena e globalizadora!!!! Costumo dizer que o grande alvo educacional que tenho é: Inspirar o espírito, que toca a alma e leva o corpo a realizar. Ou seja, tentar “alimentar” o ser humano em todas as suas dimensões. Por meio da música, me sinto capaz de fazer isso com as pessoas, bem como vejo colegas fazendo isso. Muitas pessoas foram transformadas em muitas áreas da vida. Já testemunhei a música transformando um drogado em cidadão sem droga, vivendo uma vida digna; um alcoólatra vivendo sóbrio; um miserável saindo da miséria; uma pessoa de coração duro se tornando bondosa, longânime e misericordiosa porque descobriu o valor do próximo.

Existem inúmeros artigos que falam da importância da música tanto na vida de um indivíduo, quanto na de uma comunidade. Eles tratam de algumas áreas como: desenvolvimento de habilidades de inteligência, de foco, de

atenção, de cálculo, de visão das coisas, de ouvir, de liderança; habilidades sociais, de relacionamento como: respeito mútuo, coleguismo, ética, honestidade, compreensão e amor. Música, segundo esses artigos, existe desde o início da civilização e ela tem sido reconhecida como fato crucial para a educação de qualidade por duas razões: primeira, toda cultura reconhece que a criança que passa pela música (tanto formal, quanto informal) é preparada para o que a vida dela requer quando adulto.

Ela fomenta a criatividade, ensina comunicação afetiva, provê instrumentos básicos para avaliação crítica do mundo que nos envolve e instiga os fatores inabaláveis de autodisciplina e compromisso. Segunda: música e outras artes têm sido reconhecidas como referências no autodescobrimento e autoexpressão, fazendo com que o indivíduo viva melhor em seu relacionamento com o próximo, fator fundamental de um mundo civilizado. Música é um instrumento que, definitivamente, nos torna melhores seres humanos.

Compras públicas fomentam a sustentabilidade

A urgência ambiental, uma unanimidade entre as nações, impulsiona governos a utilizarem suas aquisições para estimular uma economia ecologicamente responsável

As compras de bens e contratações de serviços realizados pelo governo federal já movimentam de 10% a 15% do Produto Interno Bruto – PIB, mas somente cerca de 1% atende a critérios de sustentabilidade, percentual ainda muito baixo, apesar da existência de legislações avançadas, que privilegiam produtos, projetos e serviços ambientalmente sustentáveis

Ezequiel Boaventura

MEIO AMBIENTE - Compras públicas fomentam a sustentabilidade

Barrar o consumo em excesso e impor limites à comercialização irresponsável de recursos naturais e de produtos que possam agredir o meio ambiente são tarefas complexas e politicamente problemáticas. Segundo especialistas, a exploração crescente de matérias-primas coloca em risco as condições físicas de vida na Terra, na medida em que a economia global exige níveis de produção e consumo em quantidades, cada vez mais, ambientalmente perigosas. Por isso, o grande desafio é influenciar e modificar o pensamento das pessoas em relação ao consumo, tornando-as compradoras conscientes. Entre governos, porém, houve certo avanço. No Brasil, por exemplo, é proibida a aquisição de produtos com amianto, bem como de agressores da camada de ozônio. “A legislação pertinente à sustentabilidade já considera todo o ciclo de vida do produto, da produção ao descarte”, explica o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), André Tortato Rauen, acrescentando que “normas não faltam, mas sim treinamento para os pregoeiros e demais compradores públicos”.

A propagação da ideia de um “consumo verde” nos setores público e empresarial e na sociedade em geral nasceu de uma conjunção de três fatores que, por

se inter-relacionarem, geraram condições propícias para sua emergência. Conforme explica o professor Pedro Jacobi, titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), na resenha crítica do livro *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*, da socióloga Maria de Fátima Portilho, os três aspectos que se conjugaram foram “o advento, a partir da década de 1970, do ambientalismo público; a ambientalização do setor empresarial, a partir da década de 1980; e a emergência, a partir da década de 1990, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes”.

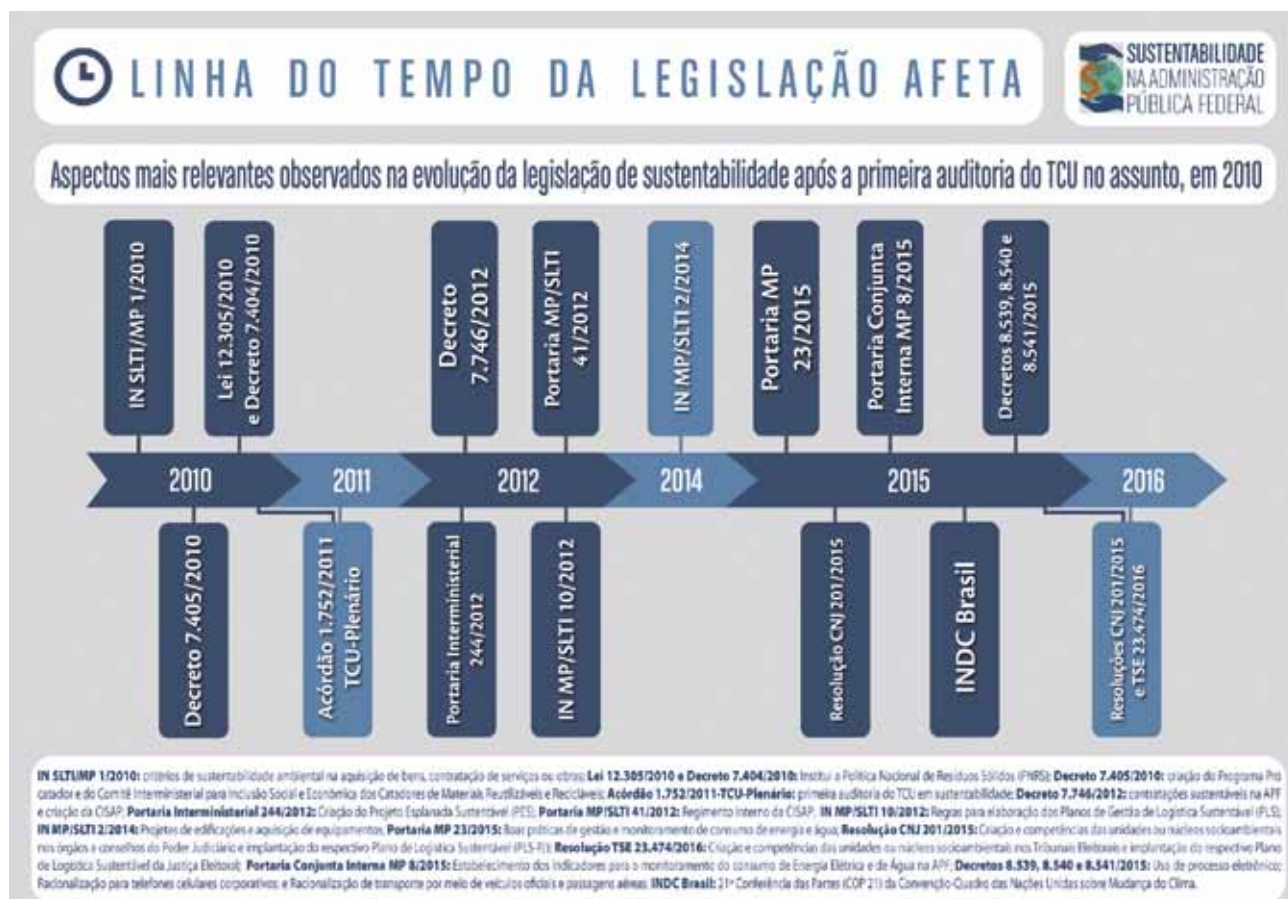
Segundo Jacobi, Portilho teoriza que, a partir da combinação desses elementos, um conjunto de atores relevantes se agrega ao processo de incluir cada vez mais participantes e de estimular a corresponsabilidade dos indivíduos comuns, dadas as características das suas práticas cotidianas para atenuar ou agravar a crise ambiental. Assim, começam a se multiplicar práticas individuais conscientes, bem informadas e preocupadas com a problemática individual. O Estado brasileiro, na condição de grande consumidor de produtos e serviços, não poderia ficar insensível às questões pertinentes à

sustentabilidade, à preservação do meio ambiente e ao consumo consciente dos recursos naturais. Por isso, a introdução de critérios ambientais e socioeconômicos na promoção do desenvolvimento nacional, sobretudo nas licitações e contratações públicas, conduz a sociedade a preservar o meio ambiente, servindo, também, como referencial de comportamento responsável.

A Constituição Federal de 1988 foi precursora em apoiar as compras públicas sustentáveis. O Artigo 225 de nossa Carta Magna prescreve que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Outro instrumento legal reforçou a preocupação ambiental no aparato jurídico do Estado: a Lei Federal nº 12.349 de 15 de dezembro de 2010, que modificou a lei de contratos e licitações (Lei nº 8.666/1993). Dentre as várias mudanças contidas no documento, está a promoção do desenvolvimento nacional sustentável não só como um princípio norteador da licitação, mas, especialmente, como um objetivo a ser alcançado pela administração pública.

Fonte: Auditoria em Sustentabilidade na Administração Pública Federal – TCU, 2017



MEIO AMBIENTE - Compras públicas fomentam a sustentabilidade

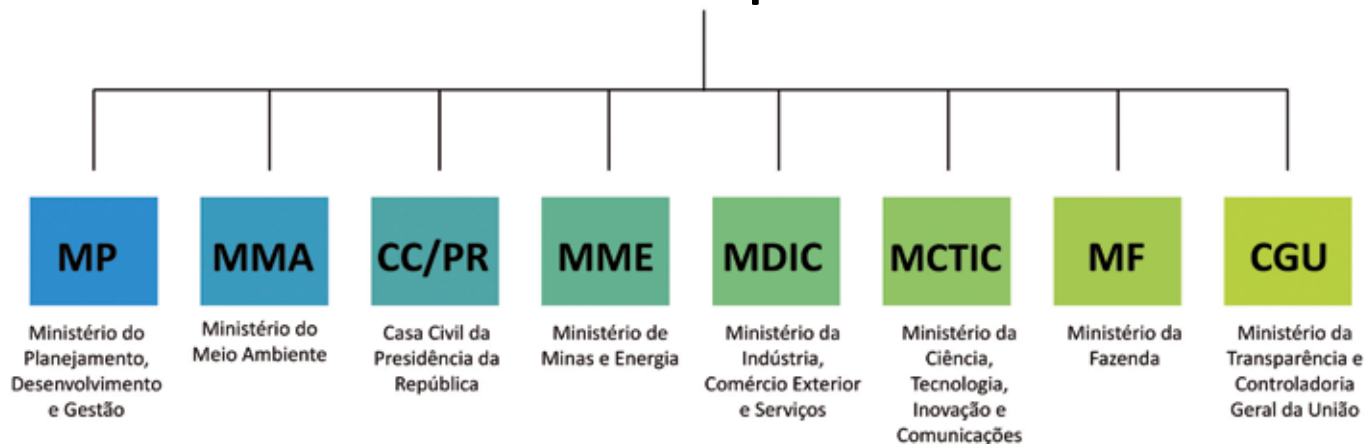
O governo federal tem implantado as compras públicas sustentáveis por meio de uma estratégia baseada na Instrução Normativa nº 1/2010 do Ministério do Planejamento, a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras no âmbito da administração pública federal, e por meio do Decreto nº 7.746/2012, atualizado pelo Decreto nº 9.178, de 2017, que estabelece critérios, práticas e diretrizes gerais

para as contratações sustentáveis realizadas pela administração pública direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

O caminho a ser percorrido para aumentar o percentual das compras sustentáveis no total das licitações governamentais é longo, mas já tem atores designados para a tarefa. Presidida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Adminis-

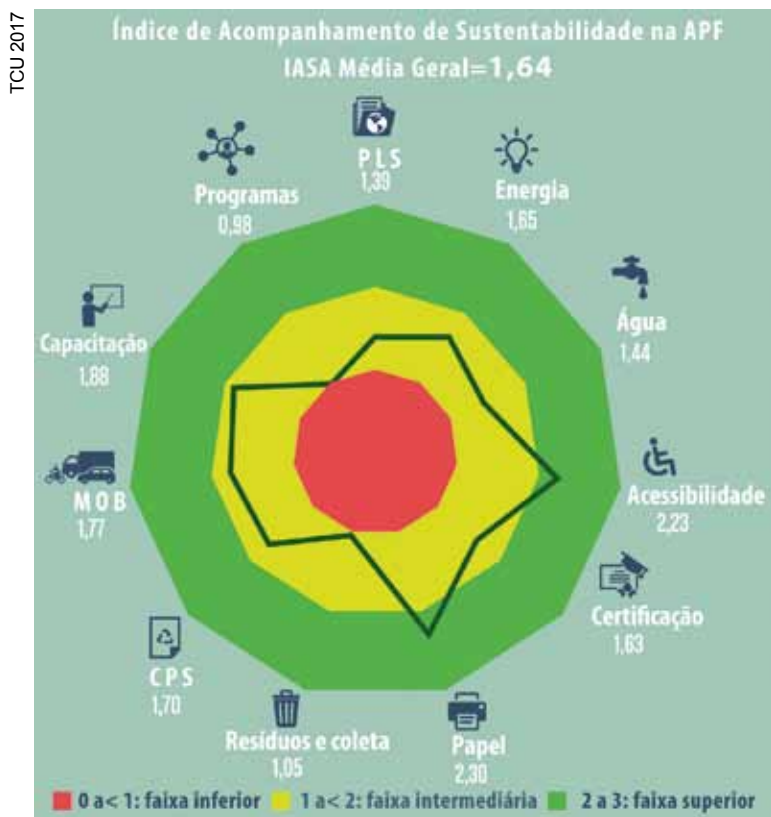
tração Pública (Cisap), elaborou seu planejamento estratégico para o biênio 2018-2019, incluindo instrumentos que reforçarão os mecanismos de atuação da Comissão de modo a fortalecer a política de sustentabilidade do governo. A ideia é estimular mudanças no mercado de bens e serviços, incentivo às inovações tecnológicas, bem como a transparência, o controle social, os modelos gerais da política de contratação, além da valorização do gasto público.

Cisap



Estrutura da Cisap, instituída em junho de 2012 por meio do Decreto nº 7.746 e alterações posteriores feitas pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017

Fonte: Planejamento estratégico da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP 2018-2019



De acordo com Decreto nº 7.746 de 2012 e alterações dadas pelo Decreto nº 9.178 de 2017, compete à Cisap propor à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento normas para elaboração de ações de logística sustentável; critérios e práticas de sustentabilidade nas aquisições, contratações, utilização dos recursos públicos, desfazimento e descarte; estratégia de sensibilização e capacitação de servidores para a correta utilização dos recursos públicos; cronograma para a implantação de sistema integrado de informações para acompanhar a execução das ações de sustentabilidade e ações para a divulgação das práticas de sustentabilidade.

Em seu Acórdão de nº 1056, de 24 de maio de 2017, o ministro relator substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luís de Carvalho, em auditoria operacional, a qual avaliou as ações adotadas pela Administração Pública Fede-

Gráfico do IASA, apontando os resultados da auditoria em sustentabilidade ambiental na Administração Pública Federal - Acórdão 1056/2017 - TCU - Plenário - Processo TC 006.615/2016-3

ral em relação ao uso racional e sustentável de recursos naturais no âmbito do setor público, recomenda que passem a ser avaliadas as ações promovidas pela Administração Pública Federal no sentido de reduzir o consumo de papel, energia elétrica, água, e outros recursos.

Impactos nas compras sustentáveis no PIB nacional

As compras públicas representam uma fatia considerável na economia de um país. No Brasil, de acordo com Rauhen, elas são da ordem de 13,8% do PIB¹, sendo o governo federal o maior comprador (7,9%); governos estaduais (2,4%); e governos municipais (3,5%). “Esses 13,8% nos colocam próximos a países como Reino Unido, Dinamarca e Alemanha, e muito à frente de México e Irlanda”, comentou.

Para o pesquisador, esse volume de aquisições confere ao Estado grande poder de indução sobre a economia. “Sendo o Estado o maior comprador individual, ele pode direcionar os fornecedores para caminhos social ou ambientalmente desejáveis; por exemplo, exigindo que os bens que compra tenham sido produzidos de forma sustentável”, explicou. André define as compras públicas sustentáveis como as aquisições de produtos ou serviços classificados como tal, que têm por objetivo criar ou estimular demanda para esse tipo de produto.

A aplicação de novas tecnologias tem reduzido drasticamente os custos de produção de muitos dos bens considerados sustentáveis, aproximando-os dos preços dos convencionais. Conforme relata Tortato Rauhen, “já se consegue atingir baixos custos, mesmo com escalas de produção reduzidas”. Assim, “graças à tecnologia, está ficando cada vez mais fácil ser sustentável”, destacou, ressaltando, porém, que essa conquista não alcança, ainda, todos os artigos: “em muitos casos, o custo de produção de bens sustentáveis ainda é alto, o que se reflete no preço final da mercadoria”, fazendo com que a transição para uma economia plenamente sustentável ocorra de forma lenta. Para acelerar esse processo, ele defende que governos e cidadãos façam exigências cada vez maiores quanto ao grau de sustentabilidade.

Outras recomendações do acórdão incluem a implementação do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (Iasa), de modo a possibilitar a verificação e o acompanhamento da evolução de ações que visem à sustentabilidade na Administra-

Rauhen comenta que apesar da existência de inúmeras regras para a adoção de critérios ambientais nas aquisições públicas, a compra de itens sustentáveis está abaixo de 1% do total do número de processos de compra por parte dos órgãos governamentais. Em termos de valor, em 2017, as compras sustentáveis foram de apenas R\$ 175 milhões, frente a um total de aquisições de mais de R\$ 47 bilhões, ou seja, existe um espaço enorme para promover a sustentabilidade e, principalmente, a inovação sustentável na economia brasileira, por meio do uso do poder de compra do Estado.

Para realçar a importância das compras sustentáveis no contexto mundial, Rauhen citou que todas as nações desenvolvidas utilizam as compras públicas para fomentar o mercado de produtos sustentáveis, e destacou os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) como líderes dessa política pública. Segundo Rauhen, na Europa são comuns as encomendas de tecnologia para implementação de soluções sustentáveis que vão da iluminação pública ao transporte de massa, como os projetos de criação da nova iluminação pública de Hamburgo, na Alemanha, e de implementação de uma rede de ônibus autônomos para várias cidades europeias, conhecido como *Fabulos* (da sigla em inglês *Future Automated Bus Urban Level Operation System*).

Ao avaliar as compras públicas sustentáveis, os órgãos de controle estão preocupados com o respeito às leis. É comum, segundo Rauhen, os próprios compradores desconhecerem as legislações mais inovadoras (como as das compras sustentáveis) ou, mesmo, ter enorme receio em empregar tais normativos por medo de cometerem erros cuja responsabilidade recaia sobre eles. “Não existe qualquer incentivo para a

ção Pública Federal, por intermédio de aplicativo. Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) ou instrumentos substitutos equivalentes também devem estar previstos no planejamento estratégico de cada órgão e entidade.



Acervo pessoal

André Tortato Rauhen, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Coordenador de estudos e estratégias de crescimento das firmas

atuação inovadora no ambiente público. Isso precisa mudar”, reforçou.

Na sua avaliação, de forma geral a atuação dos órgãos de controle vai bem até o momento em que a questão da sustentabilidade exige desenvolvimento tecnológico, ou seja, até o ponto em que a solução mais sustentável exige pesquisa e desenvolvimento. Nesses casos, ressaltou, “em razão da presença de risco tecnológico, o fracasso no desenvolvimento é uma possibilidade. Mas, trata-se de uma possibilidade não muito bem vista pelo controle, mesmo que a Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação) seja absurdamente clara a esse respeito e permita, não só o compartilhamento de risco com o fornecedor, como a própria ocorrência de fracasso”. Ele acrescenta que mesmo a Lei de Inovação e suas inúmeras possibilidades legais ainda são muito desconhecidas por órgãos de controle e pelos próprios funcionários. “Sua difusão ajudaria, enormemente, no maior uso do poder de compra do Estado como instrumento de desenvolvimento sustentável”, finalizou.

1 Estudo coordenado pelo professor Cássio Ribeiro da Universidade Federal de Uberlândia, em 2012. Publicado na *Development Policy Review* - <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dpr.12301>

O fiscal da língua

Dermeval Fernandes Dantas

A revisão de texto é uma atividade intelectual que exige muita concentração e raciocínio. Geralmente, as pessoas que atuam nessa área dificilmente conseguem, no seu dia a dia, se desligar do seu trabalho. Ser revisor de texto é um verdadeiro sacerdócio. É como militar e médico, que, durante 24 horas, são programados e lembrados pela sua mente de que sua missão é defender a pátria e salvar a vida. No caso do revisor, apontar erros em palavras e corrigir equívocos de conversas alheias.

Abenantes, cujo nome era a fusão do nome do pai, que se chamava Abel, com a sua cidade de origem em Nantes, na França, era o típico profissional que não conseguia esquecer seu ofício.

Servidor aposentado do MEC, onde trabalhou durante mais de 30 anos como revisor de textos, Abenantes se encaixava no perfil do profissional purista, perfeccionista. Ajustava os textos, sempre muito preocupado com a pontuação, especialmente com o uso de vírgulas. Era um profissional exemplar.

No jornal em que trabalhava, as matérias nobres, a exemplo do editorial e dos artigos de política da página de opinião, obrigatoriamente eram revisadas por Abenantes. Na Seção de Revisão, era considerado uma enciclopédia, pois, além de ter um perfeito domínio da língua, era um verdadeiro depósito de conhecimentos gerais. Pelo fato de ter se graduado em 12 cursos superiores, ter sido seminarista e, depois, militar não engajado, o nosso personagem acumulava uma rica história de vida e muitas experiências para repassar àqueles com quem convivia. Enfim, transitava com facilidade em todos os campos do conhecimento, inclusive era consultado pelos profissionais menos experientes quando surgia alguma dúvida na rotina do trabalho da seção.

Nas ruas, andando pela cidade, Abenantes corrigia, em sua cabeça, placas comerciais, *outdoors* e tudo que via pela frente. Nos encontros com os amigos, sempre estava atento à fala de seus interlocutores, verificando se não havia qual-

quer escorregão gramatical. Numa dessas reuniões, num bar na Asa Sul, ficou ruborizado quando algum amigo utilizou a expressão “via de regra”. Ele lembrou ao amigo que o uso dessa expressão, nos dias de hoje, é condenado pelas normas cultas de nossa língua. Recordou, ainda, que tal expressão deve ceder lugar a “por regra” ou “em regra”. Adiante, outro companheiro do grupo reunido utilizou a palavra “discreção”. Mais uma vez, o nosso personagem interveio, alertando que o correto seria *discrição*, no caso o ato de ser discreto.

Certo dia, durante o seu périplo pelos supermercados da cidade à procura de produtos em promoção, o nosso inspetor da língua parou no Supermercado da Sab, na Entrepada 404/405 Norte. Chegou ao estabelecimento por volta de 10 horas e começou as suas compras pela seção de verduras. Na banca de chuchu, deparou com um cartaz onde estava a palavra chuchu escrita com “x”. Foi um susto. Na banca ao lado, viu o jiló, cujo cartaz constava a palavra escrita com “g”. Outro susto. Mais adiante, na seção de frutas, encontrou a banca que vendia jenipapo. Todavia, deparou com outro absurdo, ao verificar que a palavra estava escrita com “g”. Em seguida, foi surpreendido com mais um disparate vernacular, quando foi à seção de polpas congeladas para fazer suco. Ele estava à procura de açaí. Foi fácil, pois um cartaz indicava que ali tinha “assaí”. A essa altura, extremamente aborrecido com o que tinha visto, Abenantes decidiu ir embora.

A caminho do caixa, um aviso alardeava os seguintes dizeres: “Fazemos entrega à domicílio”. Era tudo para Abenantes ter um acesso de cólera. Irrado e descontrolado, convocou o gerente do supermercado para uma explicação. Lembrou ao gerente que, ao permitir que os cartazes fossem escritos com a grafia errada das palavras, o estabelecimento estava prestando um desserviço à educação no País, ao induzir as crianças e pessoas de pouca instrução a escrever de forma incorreta aquelas palavras. Lembrou, ainda, que na frase “Fazemos entrega à domicílio” existia um erro crasso, pois não se coloca crase antes de palavra masculino, no caso “domicílio”. Humildemente, o gerente reconheceu a falha, chamou o cartazista, o advertiu para a necessidade de consulta quando tivesse dúvida a respeito da grafia correta das palavras e se comprometeu em contratar um profissional para revisar os cartazes dos produtos em exposição.

Mas Abenantes nem sempre foi um profissional tão atento. Certo dia, num papo descontraído com os colegas da Revisão, revelou que quando trabalhou, na década de 1960, na Empresa Brasileira de Notícias (EBN), à época o veículo oficial de divulgação do governo, viveu uma experiência, no mínimo, curiosa. Por volta de 1965, logo após a posse do Marechal Castello Branco, como de costume, a mídia oficial informa os hábitos do novo presidente. No caso em questão, foi divulgado que o presidente costumava comer cinco maçãs pela manhã para se sentir fortalecido, se manter saudável e cumprir a agenda do dia. Ocorre que o operador de telex errou ao datilografar a palavra maçã e acabou datilografando “moças”. A mensagem não foi devidamente revisada. O locutor, na correria da rotina da sua atividade, não se atentou para essa falha e acabou lendo a nota justamente da forma como estava escrita, ou seja, pronunciou “moças” em vez de “maças”. A falha custou a demissão da equipe de revisão da EBN àquela época.



GESTÃO DE SERVIÇOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Prezado (a) aposentado (a) e pensionista,

Com a aprovação do decreto nº 9.498, de 10 de setembro de 2018, a gestão dos servidores inativos e pensionistas da Imprensa Nacional será realizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).


Na prática, não haverá qualquer impacto significativo para você, é apenas uma reorganização administrativa para melhor atendê-lo.

Seu atendimento será feito em um canal único, uniformizando o serviço.

Mais facilidade e agilidade.

Ligue **0800 978 9004** e saiba mais.





Joana Stockmeyer
Obra do servidor Siroos.
Homenagem à primeira
mulher admitida no serviço
público federal, que atuou
na Imprensa Nacional.

Siroos